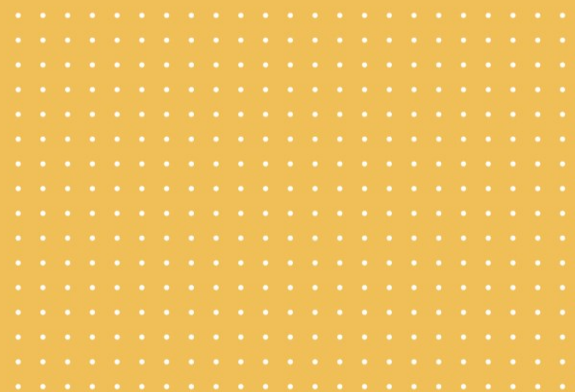
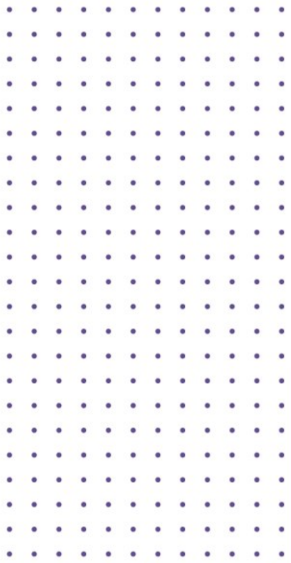




farminveste
SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
2022



Índice

1. A EMPRESA	3
1.1 MISSÃO VISÃO E VALORES	4
1.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES	5
1.3 GOVERNO SOCIETÁRIO	8
1.4 RELAÇÃO COM INVESTIDORES	9
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	11
2.1 EVENTOS RELEVANTES DE 2022	11
2.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
2.3 EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (CONSOLIDADO)	15
2.4 PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO	21
3. GESTÃO DO RISCO	28
4. PERSPETIVAS FUTURAS	28
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	29
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)	30
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS	51
8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)	100
9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	103
10. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)	107
11. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)	109

1. A EMPRESA

A Farminveste SGPS, S.A., (doravante designada por “Farminveste SGPS” ou “Farminveste”) tem como acionista principal a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e o propósito de contribuir, junto de importantes *players* do setor da saúde, para o desenvolvimento da Missão da ANF.

Em 2021, a ANF iniciou um novo rumo através da eleição de uma nova Direção, que tomou posse a 21 de junho de 2021.

Desde então, a atual Direção tem conduzido os negócios da ANF e das empresas por si participadas, de acordo com a principal linha de orientação estratégica que se baseia na sustentabilidade das Farmácias, no seu desenvolvimento e no alargamento dos serviços à população.

Com efeito, a Missão da ANF passou a estar assente em 6 pilares:

- i) o reforço do papel político e associativo da ANF;
- ii) a promoção e defesa da sustentabilidade económica das Farmácias;
- iii) a transformação tecnológica e digital;
- iv) a afirmação enquanto espaço de saúde e bem-estar;
- v) a valorização das pessoas e da profissão farmacêutica;
- vi) o foco nas prioridades associativas e de desenvolvimento do setor.

A Farminveste, enquanto *holding* principal das empresas participadas do Grupo ANF tem também como missão garantir o alinhamento da estratégia de cada participada com a proposta de valor da ANF.

Neste novo contexto, a Farminveste definiu os seus **4 Pilares Estratégicos**, a saber:

i) **Desenvolvimento da Atividade das Farmácias**

As atividades desenvolvidas pela Farminveste neste âmbito procuram assegurar essencialmente os seguintes objetivos estratégicos:

- Identificar projetos com valor acrescentado para as Farmácias e para a população, e bem assim, promovê-los e torná-los acessíveis a todas as Farmácias Portuguesas, garantindo não só a coesão da rede como também a sustentabilidade dos seus projetos, em todo o território continental e regiões autónomas;
- Promover a transformação digital das Farmácias, garantindo que as mesmas beneficiam e fazem uso das tecnologias mais recentes disponíveis, de forma a otimizar a sua eficiência operacional e conseguir prestar um melhor serviço à população, designadamente intervindo de forma mais proactiva na promoção da saúde e prevenção da doença, e na prestação de cuidados de saúde em articulação com as demais entidades e profissionais do ecossistema da saúde;
- Apoiar a rede de Farmácias no reforço dos canais de comunicação com a população, que permitam promover não só bens e serviços disponíveis nessa rede, como também comportamentos que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida.

ii) Sustentabilidade e Salvaguarda do Balanço

Neste pilar enquadram-se um conjunto de medidas que visam promover, nomeadamente:

- Eficiência operacional e controlo rigoroso de custos, em particular nas áreas de BackOffice da Farminveste;
- Redução da Dívida Financeira Líquida e melhoria dos indicadores de balanço.
- Reforço do rácio de Solvabilidade;
- Acompanhamento rigoroso do plano de negócios do Grupo Farminveste e respetivas participadas, fazendo-o convergir para a Geração de Valor para a ANF e o Grupo Farminveste, salvaguardando assim a defesa de todos os ativos estratégicos.

iii) Pessoas

Na Farminveste, a gestão adequada das equipas pressupõe um total alinhamento das mesmas para com os objetivos da Associação, pelo que as atividades desenvolvidas neste âmbito devem assegurar:

- Foco no desenvolvimento de equipas coesas, promovendo os principais valores do Grupo Farminveste em termos de gestão de pessoas - disponibilidade, transparência, exigência, colaboração e equidade;
- Investimento na formação contínua e no desenvolvimento de competências técnicas potenciadoras de geração de valor para o Grupo Farminveste;
- Promoção na melhoria das condições de trabalho e no desenvolvimento de atividades que garantam níveis elevados de motivação e satisfação dos colaboradores.

iv) Inovação e Desenvolvimento

Por fim, sendo a Inovação e Desenvolvimento um dos pilares estruturantes e essenciais para que a Farminveste cumpra a sua “Visão”, deverá assegurar que, neste âmbito, serão desenvolvidas iniciativas que garantam:

- Desenvolvimento de projetos e soluções inovadores para o setor da saúde como forma de diversificar a oferta e maximizar o valor da rede de Farmácias;
- Reconhecimento do valor da criação de sinergias e da maximização de competências, nomeadamente através de estabelecimento de parcerias estratégicas.

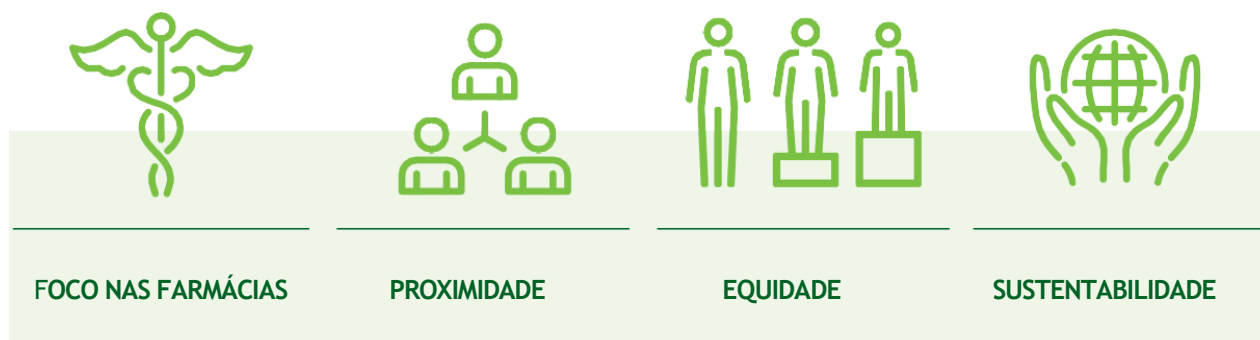
1.1 MISSÃO VISÃO E VALORES

Missão

A Farminveste tem como missão garantir o alinhamento da estratégia de cada participada com a proposta de valor da ANF.

Visão

Implementar soluções inovadoras que contribuam para a criação de valor em Saúde, melhorando a proposta de valor das Farmácias junto da população.

Valores

1.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES

O portfólio de investimentos da Farminveste, inclui participações relevantes em 7 áreas:

1) Desenvolvimento da Atividade da Farmácia


A atividade desenvolvida por esta área de negócio centra-se essencialmente na maximização de valor da rede de Farmácias, consubstanciada na existência de uma marca comum para a rede de Farmácias - “Farmácias Portuguesas”.

Esta marca possui três objetivos:

- Maximizar o valor da rede de Farmácias, através da melhor e mais abrangente prestação de serviços de cuidados de saúde e bem-estar à população, tanto ao nível do espaço físico da farmácia, como ao nível do espaço digital;
- Aumentar a coesão e equidade dentro da rede de Farmácias, garantindo um alinhamento total entre associados e a proposta de valor da ANF, permitindo o acesso de todos aos projetos desenvolvidos pelo universo empresarial;
- Promover a evolução digital das Farmácias, maximizando a geração de valor para a população através do uso das tecnologias da informação para maximizar eficiência na farmácia e trabalhar a informação gerada de forma mais ágil, garantindo, às Farmácias e aos seus profissionais, proatividade na prestação de cuidados de saúde e bem-estar junto da população.

2) Distribuição Farmacêutica


A Farminveste detém uma participação indireta de 51% do capital social da Alliance Healthcare, S.A. (“Alliance Healthcare”), sendo os restantes 49% detidos pelo Grupo AmeriSourceBergen.

A Alliance Healthcare é um dos principais *players* nacionais no mercado da distribuição farmacêutica, contendo o seu objeto social o desenvolvimento das seguintes atividades:

- distribuição e comércio de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços;

- transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente, especialidades farmacêuticas, por conta de outrem e formação profissional no âmbito da sua atividade comercial para destinatários internos e externos.

A Alliance Healthcare tem uma presença determinante nas duas vertentes fundamentais da Distribuição Farmacêutica, a vertente grossista com a Alliance Healthcare e a vertente pré-grossista com a Alloga-Logifarma.

Em conjunto, ambos os setores são responsáveis pela ligação da indústria farmacêutica às Farmácias de oficina e aos prestadores de cuidados de saúde, desempenhando um papel fundamental no acesso aos medicamentos pelos clientes finais.

Os pré-grossistas fornecem aos laboratórios, fundamentalmente, serviços de transporte, armazenamento e logística.

Os grossistas são responsáveis pela gestão das diferentes etapas da cadeia de valor na distribuição, desde o armazenamento, à encomenda, entrega, pós-venda e gestão de clientes.

O mercado grossista farmacêutico em Portugal tem demonstrado um crescimento consistente nos últimos 5 anos.

3) Sistemas de Informação



O investimento da Farminveste na área de Sistemas de Informação materializa-se através da participação maioritária indireta na Glantt (76,4%).

A Glantt - Global Intelligent Technologies, S.A., é uma multinacional tecnológica de origem portuguesa, emitente de ações, atualmente admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

Com escritórios em Portugal e Espanha conta com mais de 1.100 colaboradores.

Com mais de 20 anos de experiência, a Glantt é uma empresa de referência na Península Ibérica em Consultoria e Serviços Tecnológicos. Através da inovação, a Glantt pretende ajudar a transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas.

É líder ibérico no desenvolvimento de soluções para o mercado da Saúde, sendo as mesmas utilizadas em mais de 250 hospitais, 500 clínicas e 14.000 Farmácias.

A empresa disponibiliza ainda um vasto portfólio de outras ofertas de bens e serviços, o qual engloba a conceção e projeção de espaço de lojas, automação, infraestruturas e consumíveis, entre outros.

A Glantt colabora com algumas das maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, na área dos Serviços Financeiros, Telecomunicações e Administração Pública, nas quais executa projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

Nos últimos 2 anos, a Glantt reforçou o seu *footprint* na Península Ibérica, através da aquisição de participações maioritárias em outras empresas, nomeadamente: HealthySystems (Portugal), Vanity Meridien (Portugal), Aseting Informática (Espanha), Concep (Espanha) e Farmatools (Espanha).

4) Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico



A HMR Health Market Research International, S.A. (HMR International) foi constituída em novembro de 2016 com o objetivo de autonomizar a atividade de *Market Intelligence* do Grupo Farminveste e é detida a 100% pela Farminveste. Na sua constituição, a HMR International integrou as sociedades HMR Portugal, HMR Espanha e HMR Ireland, que desenvolvem a sua atividade em Portugal, Espanha e Irlanda, respetivamente.

A HMR Portugal é uma sociedade que se dedica à consultoria e elaboração de estudos de mercado, quantitativos e qualitativos, na área da saúde, nomeadamente estudos relacionados com o comércio de especialidades farmacêuticas, para-farmacêuticas, dermocosméticas e veterinárias, bem como à prestação de serviços e ações de formação no âmbito desses estudos.

O modelo de negócio da HMR, tal como foi concebido, não permitiu durante estes 10 anos, tornar economicamente viáveis as geografias estrangeiras, tendo a administração tomado a decisão de suspender os investimentos no exterior - com efeito, em 2020 foi tomada a decisão de descontinuar a operação na Alemanha, em 2022 foi tomada a decisão de suspender a atividade na Irlanda, e no início de 2023, foi tomada a decisão de suspender a atividade em Espanha, factos estes que já se encontram estimados e refletidos nas contas do corrente exercício.

O encerramento definitivo da geografia alemã deverá ficar concluído no 1º semestre de 2023, e o encerramento das geografias Espanha e Irlanda, deverão ficar concluídos até final de 2023.

5) Prestação de Cuidados de Saúde



A CUF, S.A. (www.cuf.pt), anteriormente designada por José de Mello Saúde, tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no setor privado (rede CUF), como no setor público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de Parceria Público-Privada - PPP). O grupo mudou a sua denominação social em 26 de junho de 2020.

Com origem em 1945, a CUF tem investido consistentemente na sua expansão, atualmente operando 10 hospitais e 9 clínicas com cobertura nacional e mais de 1.600 camas. A CUF é considerada a marca hospitalar privada com a reputação mais elevada em Portugal, resultando da reconstrução em Portugal nos anos noventa, de um grupo com uma forte tradição na área dos cuidados de saúde pela associação entre o grupo Mello e a ANF.

A José de Mello Residências e Serviços, SGPS (www.jmellors.pt) desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora atualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

A Farminveste detém uma participação indireta de 30% na CUF, S.A e uma participação indireta de 27% no capital da José de Mello Residências e Serviços.

Em fevereiro de 2021, a Farminveste SGPS tornou pública a celebração do acordo parassocial entre a Farminveste IPG e a José de Mello Capital, respeitante à sociedade CUF, S.A, que veio materializar a parceria entre aqueles dois grupos económicos, estando a mesma exclusivamente centrada na CUF, na área de prestação de cuidados de saúde, com exceção da atividade farmacêutica. As participações da José de Mello Capital e da Farminveste IPG no capital social da CUF, correspondem, respetivamente, a 65,85% e 30%.

6) Setor Imobiliário

imofarma O investimento da Farminveste nesta área de negócio materializa-se através da participação maioritária indireta no Imofarma. O Imofarma é um fundo especial de investimento imobiliário fechado, proprietário da quase totalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias atividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glintt e HMR.

7) Área Corporativa

A Área Corporativa integra diversas áreas transversais do Grupo Farminveste, os serviços partilhados e demais custos gerais como sejam os encargos financeiros e impostos não redistribuídos pelas áreas de negócio.

As Áreas Corporativas englobam:

- A Área Financeira Corporativa;
- A Direção Corporativa de Recursos Humanos;
- A Área de Tecnologia;
- O Gabinete Jurídico e Contencioso;
- A Holding;
- A Área de Controlo Interno.

Os serviços partilhados incluem:

- A promoção e gestão de projetos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e externas ao Grupo Farminveste, e, bem assim, a exploração do edifício Porto Inova (propriedade do Fundo Imofarma);
- A prestação de serviços nas áreas financeira, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património às empresas do universo ANF.

Em termos económicos, os principais indicadores de cada unidade por referência ao ano de 2022, são apresentados no ponto 2 - relatório de gestão.

1.3 GOVERNO SOCIETÁRIO

A Farminveste SGPS é uma empresa detida a 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), sendo o restante capital detido por acionistas minoritários, na sua maioria associados da ANF.

Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral de 17 de agosto de 2021, foram eleitos, por um período de três anos, os atuais membros dos órgãos sociais da Farminveste, SGPS para o triénio 2021-2023.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da sociedade, sendo atualmente composto pelos seguintes membros.

Presidente: Abel Bernardino Teixeira Mesquita

Vogal: José Luis Bonifácio Lopes

Vogal: Luis Miguel Reis Sobral

Vogal: Rui Manuel Assoreira Raposo

Vogal: Manuel Maria Corrêa Henriques de Lança Cordeiro

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão supremo de governo da sociedade. É através desta que os acionistas participam ativamente nas decisões da Empresa.

A Mesa da Assembleia Geral tem a finalidade de conduzir e fiscalizar de modo independente a Assembleia Geral. Este órgão é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com os Estatutos da Sociedade.

Composição da Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Maria da Luz Toregão Romão Sequeira

Vice-Presidente: Victor Réfega Fernandes

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade, sendo atualmente composto pelos seguintes membros.

Presidente: António Canaveira Paula de Campos

Vogal Efetivo: Fausto Manuel da Silva Almeida

Vogal Efetivo: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha

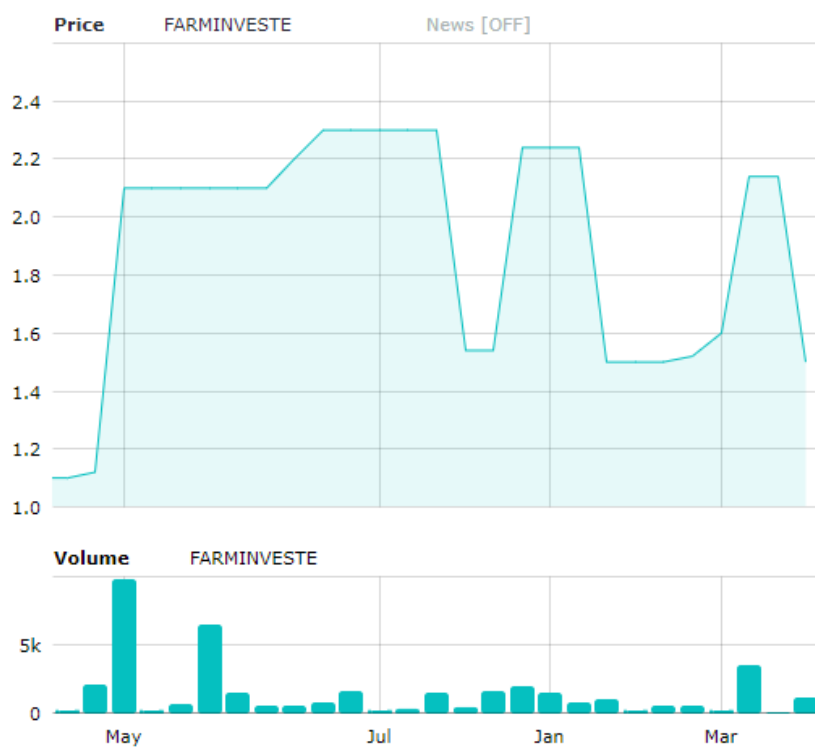
Suplente: Maria Balbina Boino Cravo

1.4 RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Euronext Access Lisbon

A Farminveste SGPS apresenta uma base estável de mais de 3.000 acionistas e mantém as ações de categoria B (num total de 2.500.000) admitidas à negociação no Euronext Access Lisbon, tendo sido transacionadas 34.710 ações em 2022 (cerca de 1,4%).

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que a Sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício e que, no final de 2022, não detinha quaisquer ações próprias.



Fonte : Euronext Access

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Farminveste SGPS submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2022.

A sociedade foi formalmente constituída em setembro de 2010, com um capital social de €100.000.000, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

2.1 EVENTOS RELEVANTES DE 2022

Abril:

- Pagamento do juro relativo ao cupão nº 1 das Obrigações Convertíveis Farminveste 2021 - 2025.

Maio

- Realização de Assembleia Geral de Acionistas da Farminveste, tendo sido aprovados o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e demais anexos, relativos ao exercício de 2021;
- Aprovou-se igualmente na Assembleia Geral de Acionistas da Farminveste, emissão de obrigações convertíveis 2022 - 2026.
- Lançamento da Emissão Obrigacionista Farminveste 2022-2026, através de Oferta Pública de Troca e Subscrição relativamente às Obrigações 2019-2022.

Junho

- Pagamento do juro relativo ao cupão nº 5 das Obrigações Convertíveis Farminveste SGPS 2019 - 2022.

Julho

- Conclusão da Emissão Obrigacionista 2022-2026
- Pagamento do prémio de troca da Obrigações Convertíveis Farminveste 2019-2022

Outubro

- Pagamento do juro relativo ao cupão nº 2 das Obrigações Convertíveis Farminveste 2021-2025

Novembro

- Pagamento do juro relativo ao cupão nº6 das Obrigações Convertíveis Farminveste 2018-2021

Dezembro

- Pagamento do juro relativo ao cupão nº 6 das Obrigações Convertíveis Farminveste 2019 - 2022.
- Reembolso das Obrigações Convertíveis Farminveste 2019-2022 (não trocadas no âmbito da Emissão Obrigacionista Farminveste 2022-2026)

Relativamente a 2021, recorde-se que, em setembro a participada Farminveste IPG formalizou Acordo Quadro com os três principais bancos financiadores, e posteriormente formalizou acordos bilaterais que suportavam os termos da negociação, que pressupunha principalmente um alargamento de maturidades. Foram reestruturados cerca de 83 Milhões de Euros de passivos financeiros bancários, dos quais 43,5 Milhões de Euros dizem respeito a produtos de médio longo prazo e 39,5 Milhões de Euros diziam respeito a linhas de Curto Prazo, tendo sido possível obter os seguintes impactos:

- Conversão de 27,5 Milhões de Euros de linhas de curto, em médio longo prazo, com um plano de amortizações crescente até 2032;
- Alargamento da maturidade de todo o passivo bancário de médio longo prazo, com um plano de amortizações crescentes até 2032, o que permitiu converter as responsabilidades no prazo de 12 meses, em responsabilidades de médio longo prazo, no montante global de 14,2 Milhões de Euros.

Adicionalmente, e visando o mesmo objetivo de alargamento das maturidades bem como a promoção de uma estrutura de capitais menos dependente de financiamento bancário, ao nível da FV SGPS, foi concluída com sucesso uma nova emissão obrigacionista, em outubro de 2021.

Com o mesmo objetivo, no corrente exercício, em maio de 2022, realizou-se nova emissão de dívida obrigacionista, que foi concluída com sucesso em julho 2022.

À semelhança da emissão obrigacionista realizada em 2021, a operação de 2022 tratou-se igualmente de uma oferta pública de troca e subscrição no montante global inicial de 15 Milhões de Euros, nos seguintes termos:

- Oferta Pública de Troca tendo por objeto 2.000.000 de obrigações convertíveis em ações da Farminveste com o valor global de €10.000.000, destinada aos titulares de Obrigações 2019 - 2022;
- Oferta Pública de Subscrição relativa a 1.000.000 de obrigações, com o valor global de €5.000.000, e destinada ao público em geral, tendo como destinatários pessoas singulares ou coletivas residentes ou com estabelecimento em Portugal, com respeito pelos direitos de preferência dos acionistas e dos obrigacionistas da Farminveste.

A procura total registada na Oferta Pública de Troca (OPT) foi de 1.347.506 obrigações convertíveis e através da Oferta Pública de Subscrição (OPS) foi de 1.533.600 Obrigações, no total foram emitidas 2.881.106 obrigações, que totalizaram o montante global de € 14.405.530,00, superando o resultado da emissão de 2021.

- **Resultados da OPT.** As ordens de troca de “Obrigações 2019-2022” por “Obrigações 2022-2026” corresponderam a 1.347.506 Obrigações 2022-2026 no montante de € 6.737.530,00, tendo sido integralmente satisfeitas na exata proporção do número de Obrigações 2022-2026 solicitado na ordem de troca.
- **Resultados da OPS.** As ordens de subscrição de “Obrigações 2022-2026” corresponderam a 1.533.600 Obrigações, no montante de € 7.668.000 tendo sido integralmente satisfeitas na exata proporção do número de Obrigações 2022-2026 solicitado na ordem de subscrição.

2.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2022, a economia global cresceu 2,9%, desacelerando fortemente face a 2021, onde o PIB Mundial havia crescido 5,9% face a 2020.

Para 2023 e 2024, perspectiva-se novo abrandamento da economia, com o PIB Mundial a ser projetado em 1,7% e 2,7%, respetivamente.

	2020	2021	2022e	2023f	2024f
Mundo	-3,2	5,9	2,9	1,7	2,7
Economias avançadas	-4,3	5,3	2,5	0,5	1,6
Estados Unidos	-2,8	5,9	1,9	0,5	1,6
Zona do Euro	-6,1	5,3	3,3	0,0	1,6
Japão	-4,3	2,2	1,2	1,0	0,7
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	-1,5	6,7	3,4	3,4	4,1
Leste Asiático e Pacífico	1,2	7,2	3,2	4,3	4,9
Europa e Ásia Central	-1,7	6,7	0,2	0,1	2,8
Federação Russa	-2,7	4,8	-3,5	-3,3	1,6
Turquia	1,9	11,4	4,7	2,7	4,0
Polónia	-2,0	6,8	4,4	0,7	2,2
América Latina e Caribe	-6,2	6,8	3,6	1,3	2,4
Oriente Médio e Norte da África	-3,6	3,7	5,7	3,5	2,7
Sul da Ásia	-4,5	7,9	6,1	5,5	5,8
África Subsaariana	-2,0	4,3	3,4	3,6	3,9

Fonte: The World Bank - Perspectivas económicas janeiro 2023

Na Zona Euro, a economia cresceu 3,3% (3,6% de acordo com dados de março de 2023 da OCDE) em 2022, valores que se situaram quer acima da média mundial quer acima da média dos Estados Unidos, não obstante, também na Zona Euro, o ritmo de evolução económico abrandou fortemente face ao valor verificado em 2021.

As políticas monetárias de controlo à inflação adotadas pelo FED (Sistema de Reserva Federal Estados Unidos) desde o início de 2022 e pelo BCE (Banco Central Europeu) na segunda metade de 2022, explicam em boa medida o abrandamento destas economias, neste que seria um período relevante para consolidar a retoma dos anos Pós Covid.

Com efeito, as elevadas taxas de inflação e respetivas medidas de combate e controlo da mesma e o contexto de Guerra provocado pela invasão pela Rússia da Ucrânia, encontram-se refletidos nas projeções de crescimento da economia para os anos de 2023 e 2024, as quais poderão agravar-se se se verificarem outros eventos adversos como seja ressurgimento da Covid-19, ou valores de inflação acima dos esperado.

Contudo, de acordo com o estudo de março da OCDE, existem alguns sinais de otimismo suportados pela evolução favorável do aprovisionamento dos produtos energéticos, com maior segurança e acessibilidade e conseqüentemente com os respetivos preços a reduzirem-se de forma significativa. Este efeito, que se traduzirá numa redução dos custos, em particular nos sectores com grande consumo energético se acompanhado por melhoria das condições dos mercados financeiros, permitirá robustecer os níveis de procura externa e a gradual recuperação do produto interno a partir de meados de 2023. Não obstante, a normalização da política monetária do BCE e os novos aumentos das taxas de juro esperados pelos mercados produzirão ainda impacto na economia real, com efeitos redutores adicionais decorrentes de um recente aumento da restritividade das condições de oferta de crédito. De um modo geral, o crescimento real médio anual do produto interno bruto (PIB) deverá abrandar para 1,0% em 2023, recuperando depois para 1,6% em 2024 e 2025.

Em comparação com as projeções macroeconómicas de dezembro de 2022 elaboradas por especialistas do Eurosistema, as perspetivas para o crescimento do PIB foram revistas em alta em 0,5 pontos percentuais para 2023, devido à repercussão das surpresas positivas no segundo semestre de 2022, sobretudo as que derivam da evolução dos preços dos produtos energéticos e à melhoria das perspetivas a curto prazo. Para 2024 e 2025, foram revistas em baixa em 0,3 e 0,2 pontos percentuais, respetivamente, porque a maior restritividade das condições de financiamento e a recente apreciação do euro superaram os efeitos positivos sobre o rendimento e a confiança decorrentes de uma inflação mais baixa.

	Projeções março 2023					Projeções dezembro 2022			
	2021	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
PIB Real	5,3	3,6	1,0	1,6	1,6	3,4	0,5	1,9	1,8
IHPC	2,6	8,4	5,3	2,9	2,1	8,4	6,3	3,4	2,3

Fonte: OCDE

Em Portugal, o ano de 2022 foi um ano de crescimento económico, tendo o PIB apresentado uma evolução de 6,7% face a 2021.

	2022	2023 (p)	2024 (p)	2025 (p)
PIB	6,7	1,8	2,0	2,0
IHPC	8,1	5,5	3,2	2,1

Fonte: Relatório Março 2023 do Banco de Portugal

A economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2023 e 2% em 2024 e 2025. A inflação deverá reduzir-se gradualmente, de 8,1% em 2022 para 5,5% em 2023, 3,2% em 2024 e 2,1% em 2025.

Estas projeções assentam igualmente no efeito positivo verificado ao nível da redução do custo das matérias-primas energéticas, que se verificaram já no final de 2022, e perspetivando-se que as condições normais de abastecimento destes produtos sejam restabelecidas até 2024-25. Adicionalmente, com a redução da inflação e com a gradual normalização da políticas monetárias de controlo à inflação, perspetiva-se uma melhoria no rendimento das famílias, o que associado também a uma melhoria dos níveis de confiança dos demais agentes económicos, permitirá a curto prazo um crescimento gradual do PIB.

2.3 EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (CONSOLIDADO)

Em 2022 a Farminveste e respetivas participadas, apresentaram um resultado consolidado de 3,6 Milhões de euros, o que representa uma evolução positiva de 89,5% face a 2021.

Resultado Líquido Consolidado (‘000.000 €)	dez/21	dez/22
Resultado Líquido dos detentores de capital	1,9	3,6

Esta melhoria significativa do Resultado Líquido consolidado da Farminveste SGPS (+1,7 Milhões de Euros) resultou da evolução dos principais indicadores económico-financeiros apresentados na tabela abaixo, nomeadamente:

- aumento do Volume de Negócios Consolidado em 32,2 Milhões de Euros (superior ao aumento dos custos diretos de produção, como seja o CMVMC e OPEX)
- aumento em CMVMC em 26,2 Milhões de Euros;
- aumento dos Gastos com Pessoal e FSE’s em 1,9 Milhões de Euros;
- melhoria em ganhos e perdas de participadas em 0,2 Milhões de Euros.

Principais indicadores (‘000.000 €)	dez/21	dez/22	Var.	Var %
Volume de Negócios	799,1	831,3	32,2	4,0%
CMVMC	627,6	653,8	26,2	4,2%
Gastos com o Pessoal e FSE	146,8	148,7	1,9	1,3%
Ganhos e Perdas com Participadas (MEP)	10,1	10,3	0,2	1,7%
EBITDA	42,5	45,3	2,8	6,5%
Operações Descontinuadas	0,1	1,3	1,2	1224,0%
Resultado Líquido Consolidado	1,9	3,6	1,7	92,0%

Em resumo, a melhoria de EBITDA de 2,8 Milhões de Euros entre 2021 e 2022 deveu-se à evolução do resultado das participadas, conseguido através da evolução do Volume de Negócios acompanhada por um rigoroso controlo de gastos e redução dos mesmos.

Esta melhoria de EBITDA foi parcialmente consumida por 1,3 Milhões de Euros relativos a perdas com operações descontinuadas, dos quais 1,5 Milhões de Euros (negativos) dizem respeito à descontinuação do negócio da HMR Espanha e Irlanda e 200 mil euros (positivos) resultaram do encerramento da Farbiowell cujos gastos estimados se revelaram inferiores aos estimados em 2021 (cerca de 0,5 Milhões de euros no total).

A evolução dos indicadores listados na tabela acima, e o contributo das diferentes áreas de negócio é apresentado abaixo.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Em termos consolidados, o Volume de Negócios da Farminveste SGPS no ano de 2022 foi de 831,3 Milhões de Euros, mais 32,2 Milhões de Euros do que em 2021, o que representa um crescimento de 4,0% face ao ano anterior.

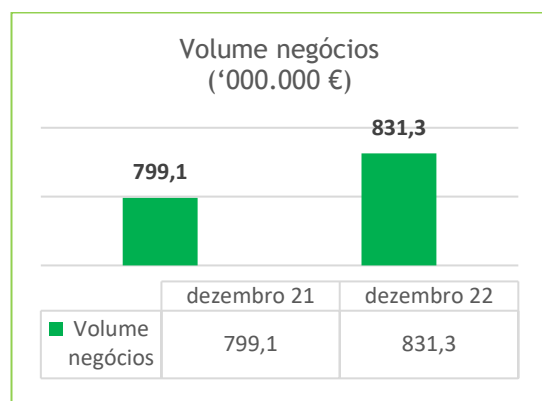
Com exceção da área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico, em 2021, todas as áreas de negócio contribuíram positivamente para esta evolução, sendo o contributo mais revelante em termos absolutos o da área da Distribuição Farmacêutica (Alliance Healthcare) que contribuiu com cerca de 80,3% deste crescimento, ou seja, 25,9 Milhões de Euros.

A área de sistemas de informação (Glintt), também teve um contributo significativo de 30%, ou seja, 9,8 Milhões de euros, o que representa em termos de evolução um crescimento de +10,6% face a 2021. Este resultado deve-

se não só à evolução orgânica das unidades de negócio da Glintt, mas incorpora também o efeito das aquisições realizadas no final de 2020 e primeiro semestre de 2021, nomeadamente: HLTSYS, Vanity Meridien, Concep (reformulação de Farmácias), Farmatools (software hospitalar) e Odontonet (software clínicas dentárias).

A área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia também contribuiu positivamente, com cerca de 1 Milhão De Euros de evolução de Volume de Negócios em 2022, representando um peso de 3% no crescimento global verificado em 2022.

O decréscimo no volume de negócios na área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico decorre essencialmente da descontinuação da atividade nos mercados Espanha e Irlanda.

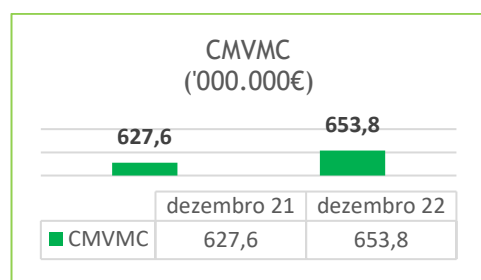


Volume de Negócios Consolidado (000.000€)	dez/21	dez/22	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	672,8	698,7	25,9	3,8%
Sistemas de Informação	92,7	102,5	9,8	10,6%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	11,0	6,8	-4,2	-38,6%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	18,1	19,1	1,0	5,5%
Setor Imobiliário	2,0	2,0	0,0	1,0%
Área Corporativa	2,5	2,3	-0,2	-8,7%
TOTAL FV SGPS Consolidado	799,1	831,3	32,2	4,0%

CMVMC

O valor consolidado do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) corresponde, essencialmente, aos valores registados pelos negócios de Distribuição Farmacêutica (que representam 97,4% do valor total) e da área de Sistemas de Informação, que representam os restantes 2,6% no peso da rubrica.

Na área da Distribuição Farmacêutica verificou-se manutenção da Margem Bruta percentual, porquanto o crescimento do Crescimento do Custo das Vendas (3,8%) foi equivalente ao crescimento das vendas (3,8%).



CMVMC Consolidado (000.000€)	dez/21	dez/22	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	613,3	636,8	23,5	3,8%
Sistemas de Informação	14,2	16,8	2,6	18,1%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	0,1	0,1	0,0	42,7%
TOTAL FV SGPS Consolidado	627,6	653,8	26,2	4,2%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS E GASTOS COM O PESSOAL

No ano 2022, verificou-se um aumento de 1,92 Milhões de Euros no Total dos Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), o que corresponde a um aumento de 1,3% face ao ano de 2021, e evidencia o esforço de redução de despesas iniciado no segundo semestre de 2021 e que se manteve durante o exercício de 2022.

Esta variação incorpora um aumento de 1,18 Milhões de Euros ao nível dos FSE's (variação face a 2021 de 1,6%) e um aumento dos Gastos com o Pessoal de 0,73 Milhões de Euros (variação face a 2021 de 1,0%).

O aumento dos Gastos com Pessoal e FSE's foi essencial para assegurar o crescimento da atividade das empresas Glintt, Alliance Healthcare e Farmácias Portuguesas, que no total reforçaram a estrutura de Pessoal e FSE's em 8,75 Milhões de Euros. A Área Corporativo continuou a reduzir os seus Gastos com Pessoal e FSE's em 1,5 M€ e a HMR por força da descontinuação da geografia Espanhola e Irlanda (reclassificadas para operações descontinuadas) e da redução de gastos na estrutura de Portugal, tiveram em termos comparativos um contributo positivo para o total de Gastos com Pessoal e FSE's de 5,23 Milhões de Euros.



FSE e Gastos com o Pessoal Consolidado (‘000.000 €)	dez/21	dez/22	Var.	Var %
TOTAL FSE	73,9	75,1	1,18	1,6%
Distribuição Farmacêutica	17,2	18,7	1,54	9,0%
Sistemas de Informação	30,3	32,7	2,38	7,9%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	4,2	1,2	-3,00	-71,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	16,6	19,1	2,48	14,9%
Setor Imobiliário	0,7	0,5	-0,16	-23,0%
Área Corporativa	4,9	2,8	-2,06	-42,1%
TOTAL Gastos com o Pessoal	72,9	73,6	0,73	1,0%
Distribuição Farmacêutica	18,9	20,5	1,60	8,4%
Sistemas de Informação	45,4	46,7	1,26	2,8%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	3,9	1,7	-2,24	-57,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	1,7	1,5	-0,23	-13,6%
Setor Imobiliário	0	0	0	0
Área Corporativa	3,1	3,3	0,24	7,9%
TOTAL OPEX FV SGPS Consolidado	146,8	148,7	1,92	1,3%

GANHOS E PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica manteve-se sensivelmente estável em 2022, refletindo a performance da CUF e da José de Mello Residências e Serviços, cujos resultados evoluíram de 10,1 Milhões de euros em 2021 para 10,3 Milhões de Euros em 2022. Adicionalmente, a GO FAR também contribuiu com 6 mil euros para o saldo desta rubrica.

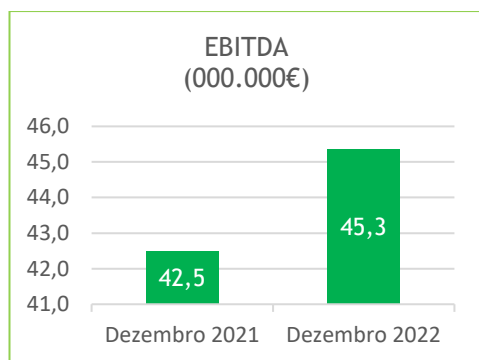
EBITDA

Em termos consolidados, o Resultado Operacional Bruto (EBITDA) da Farminveste SGPS foi de 45 Milhões de Euros, o que representa uma evolução positiva de 2,5 Milhões de Euros.

No ano de 2022, a principal evolução do EBITDA foi verificada na Glintt que contribuiu com 170% desta evolução, gerando um aumento de 4,2 Milhões de Euros de margem operacional. A área corporativa também contribuiu com + 1,4 Milhões de euros do que em 2021. O sector imobiliário teve a evolução mais negativa, com uma diminuição da margem operacional em 2 Milhões de euros, contudo, parte desta evolução é apenas económica e deriva do facto de, em 2022, não terem existido em termos líquidos revalorizações de imóveis, tal como havia ocorrido em 2021, de 1,3 Milhões de euros. Acresceu a esta evolução o aumento de gastos operacionais, em particular despesas de reparação de imóveis.

A Área do Desenvolvimento da Atividade da Farmácia, apresentou uma evolução positiva de EBITDA de 0,5 Milhões de Euros, a qual resulta, sobretudo de um melhor desempenho operacional ao nível das marcas Próprias (Globalvet e Aponatura).

Em virtude das variações verificadas, a taxa de rentabilidade operacional (EBITDA em percentagem do Volume de Negócios) aumentou de 5,3% em 2021 para 5,4% em 2022.



EBITDA Consolidado (000.000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var %
Distribuição Farmacêutica	21,4	20,5	-0,9	-4,2%
Prestação de Cuidados de Saúde	10,3	10,2	-0,1	-0,6%
Sistemas de Informação	14,4	18,6	4,2	29,5%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-3,4	-3,1	0,3	-8,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,7	-0,5	0,2	-34,5%
Setor Imobiliário	5,1	3,1	-2,0	-39,5%
Área Corporativa	0,7	2,1	1,4	200,2%
Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado	-5,4	-6,0	-0,6	11,1%
TOTAL FV SGPS Consolidado	42,5	45,0	2,5	5,9%

RESULTADO LÍQUIDO

Em termos individuais, o contributo por área de negócio para os períodos de dezembro 2022 e 2021, é detalhado no ponto 2.4 do capítulo 2 - relatório de gestão, sendo que o resumo das principais variações e o contributo final para o resultado líquido consolidado de 2022 da Farminveste SGPS, é o que se resume na presente tabela:

Resultado Líquido Consolidado (000.000 €)	dez/21	dez/22	Var.	Var %
Distribuição Farmacêutica	5,2	3,9	-1,3	-24,6%
Prestação de Cuidados de Saúde	10,3	10,2	-0,1	-0,6%
Sistemas de Informação	1,3	2,3	1,0	79,5%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-6,1	-4,6	1,5	-23,9%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,8	-0,5	0,3	-37,9%
Setor Imobiliário	3,7	2,1	-1,6	-43,5%
Área Corporativa	-11,9	-6,6	5,3	-44,9%
Operações descontinuadas	-0,1	-1,3	-1,2	1244,9%
Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado	0,3	-2,0	-2,3	-757,3%
TOTAL	1,9	3,6	1,7	88,0%

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2022 a situação patrimonial da Farminveste SGPS aumentou em 13,4 Milhões de Euros, dos quais:

- 3,6 Milhões de Euros resultam da incorporação do Resultado Líquido positivo do ano,
- 8,0 Milhões de Euros resultam de Aumento de Capital da FV SGPS via Prestações Suplementares da ANF
- 1,8 Milhões de Euros resultam de ajustamentos em ativos financeiros diretamente sem impacto em resultados

As restantes variações de balanço resultam dos seguintes efeitos:

- O Goodwill e as Participações Financeiras aumentaram 12,5 Milhões de Euros, dos quais 10,2 Milhões de Euros via incorporação de resultados do ano, e o restante através de ajustamento direto sem impacto em resultados. A variação negativa verificada no goodwill de 200K€ resultou de ajustamentos de valor em duas participadas da Glintt, a saber, a Asseting e a Concep;
- Os Ativos tangíveis, intangíveis e as Propriedades de Investimento, reduziram 2,5 Milhões de Euros, via aumento líquido das amortizações e depreciações;
- A rubrica de Outras Contas a receber teve um aumento líquido de 10 Milhões de Euros essencialmente devido aos seguintes efeitos:
 - + 1,6 Milhões de Euros do aumento da rubrica de Clientes decorrentes do acréscimo do volume de negócios

- +12 Milhões de Euros relativa a outros créditos a receber, dos quais 11 Milhões de Euros Alliance Healthcare e 0,9 Milhões de Euros da Glintt.
- Os passivos correntes, aumentaram 10,8 Milhões de Euros, essencialmente devido ao acréscimo de fornecedores na Alliance Healthcare.

Situação Patrimonial Consolidado ('000 €)	dez/21	dez/22	Var Abs	Var %
Ativos Tangíveis	94 780	92 770	-2 010	-2,12%
Ativos Direitos de Uso	10 777	12 003	1 227	11,38%
Propriedades de Investimento	15 889	17 774	1884,95	11,86%
Ativos Intangíveis	68 445	64 833	-3 612	-5,28%
Goodwill	134 602	134 397	-205	-0,15%
Participações Financeiras	44 123	56 835	12 712	28,81%
Impostos, correntes e diferidos	8 508	6 976	-1 532	-18,00%
Inventários	67 802	74 502	6 700	9,88%
Outras Contas a Receber	130 181	140 579	10 398	7,99%
Outros Ativos Financeiros	13 756	14 840	1 084	7,88%
Caixa e Depósitos Bancários	14 275	11 861	-2 415	-16,92%
Ativo	603 138	627 371	24 233	4,02%
Capital Próprio	108 100	121 525	13 425	12,42%
Resultado Líquido	1 916	3 647	1 732	90,39%
Interesses Minoritários	59 881	61 400	1 519	2,54%
Financiamentos Obtidos	258 520	257 248	-1 272	-0,49%
Financiamentos Obtidos - Direitos de Uso	9 967	11 386	1 419	14,24%
Outras Contas a Pagar	138 840	150 025	11 184	8,06%
Impostos, correntes e diferidos	18 658	16 734	-1 924	-10,31%
Provisões	9 172	9 053	-119	-1,30%
Total Passivo	435 157	444 446	9 288	2,13%
Capital Próprio e Passivo	603 138	627 371	24 233	4,02%

DÍVIDA LÍQUIDA

A Dívida Líquida, que resulta do somatório das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários e Financiamentos Obtidos aumentou 2,3 Milhões de Euros em 2022, essencialmente como resultado dos seguintes efeitos:

- Farminveste SGPS | Farminveste IPG: No conjunto das duas sociedades verificou-se um aumento da Dívida Líquida global de 1,5 Milhões de Euros , dos quais:
 - +14,4 Milhões de Euros nova emissão Dívida Obrigacionista 2022-2026
 - - 10,0 Milhões de Euros reembolso/troca de Obrigações 2019-2022
 - - 1,5 Milhões de Euros reembolso antecipado FV IPG
 - - 1,9 Milhões de Euros reembolso dívida previsto na FV IPG
 - + 0,5 Milhões de Euros aumento dívida ICO com ANF
- Alliance Healthcare: aumento líquido de +6,6 Milhões de Euros;
- Glintt: redução líquida de -2,1 Milhões de Euros;
- Imofarma: redução líquida de -1,6 Milhões de Euros.
- HMR: redução de - 2,1 Milhões de Euros (dos quais 1,9 Milhões de Euros resultaram de reclassificação de dívida acionista para Outros Passivos com operações descontinuadas).

Dívida Líquida Consolidada ('000 €)	dez/21	dez/22	Var.	Var. %
FV SGPS	24 344	29 197	4 852	19,9%
FV IPG, FBW, Globalvet, Aponatura	93 714	90 362	-3 352	-3,6%
AH	61 960	68 544	6 584	10,6%
Glintt	37 909	35 845	-2 064	-5,5%
Imofarma	22 458	20 846	-1 612	-7,3%
HMR	3 858	1 759	-2 100	-54,4%
TOTAL	244 244	246 552	2 308	0,9%

Relativamente à participada FV IPG, cujo passivo financeiro bancário foi reestruturado em setembro de 2021, informamos que a Farminveste IPG encontra-se a cumprir o acordo de reestruturação de Dívida formalizado junto da banca em setembro de 2021, e no corrente ano reduziu cerca de 3,4 Milhões de euros de dívida líquida, dos quais:

- 1,5 Milhões de euros tratou-se de uma amortização antecipada extraordinária de dívida realizada em 31 de dezembro de 2022,
- e
- 1,9 Milhões de euros tratou-se de reembolso de dívida efetuado no seguimento do plano de reembolso definido no acordo de reestruturação de dívida formalizado com a banca em setembro 2021.

Contribuiu para a amortização extraordinária de dívida o aumento de capital de 11,4 Milhões de euros realizado pela FV SGPS, a qual canalizou parte do excedente dos fundos da emissão obrigacionista 2022-2026, bem como as prestações suplementares de capital recebidas por parte da ANF mediante utilização da reserva de investimento, assim como o recebimento de dividendos recebidos da AH (3,8 Milhões de euros) e do Imofarma (1,1 Milhões de euros) - vide por favor tabela abaixo.

A totalidade do serviço da dívida ascendeu a 7,8 Milhões de euros, tendo acrescido ao montante dos reembolsos de capital comentado anteriormente de 3,4 Milhões de euros, o correspondente pagamento de juros de 4,4 Milhões de euros.

Por sua vez, o encerramento da Farbiowell representou um consumo de recursos de 1 Milhão de euros e a HMR representou um consumo de recursos de 3 Milhões de euros. Uma vez que a prestação de fundos às participadas estava limitado nos termos do acordo com a banca, a um valor menor, a Farminveste obteve oportunamente aprovação para concretização dos fundos, o qual mereceu consentimento da banca.

Entradas de Fundos 2022	Valor ('000 €)	Saídas de Fundos 2022	Valor ('000 €)
Aumento de Capital / Prestações Acessórias (Excedente Emissão Obrigacionista)	4 440	Cash-flow Operacional e capex	5 220
Aumento de Capital / Prestações Acessórias (Resultante do 0,5% da Reserva Investimento ANF)	7 000	Suprimentos Participadas	3 925
Dividendos	5 011	Juros	4 408
		Reembolso Dívida Bancária	1 929
		Antecipação de reembolso de dívida	1 500
Total Entradas Fundos	16 451	Total Saídas de Fundos	16 982

A diferença negativa entre as entradas e saídas de fundos de 2022, que ascendeu a 500 mil euros, corresponde a variação da utilização de linhas de conta corrente caucionada na Farminveste IPG.

2.4 PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A Farminveste SGPS detém a Farminveste IPG a 100% que concentra as atividades empresariais do Universo Empresarial ANF, quer através da participação direta em outras sociedades, quer através do desenvolvimento de atividades operacionais. Em termos individuais, o contributo para os resultados consolidados de cada área de negócio para os períodos de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, é detalhado nos mapas abaixo.

dez/22	Contas individuais								Contas consolidadas			
	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Setor Imobiliário	Área Corporativa	Total	Operações intragrupo	Ajustamentos de consolidação	Farminveste SGPS	
Valores em '000 €												
Volume de Negócios	698 790		112 596	8 109	19 256	4 991	13 966	857 707	-26 450		831 257	
EBITDA	20 504	10 235	18 645	-3 117	-552	3 083	2 101	50 900	-1 119	-4 880	44 901	
Amortizações / Provisões	-8 129		-8 540	-1 391	-208	0	-3 961	-22 229		4 637	-17 592	
Resultados financeiros	-1 402		-2 300	-143	-3	-540	-6 090	-10 478		338	-10 140	
Interesses não controlados	1 072		527	-240	0	0	0				1 359	
Operações descontinuadas			-5	-7 533	232					5 961	-1 345	
Resultado Líquido	8 722	10 235	3 217	-12 176	-470	2 544	-7 872	4 199	-1 206	7 501	10 494	
Interesses minoritários	5 346		1 287	-240		454		6 848			6 848	
Resultado Líquido consolidado	3 376	10 235	1 929	-11 936	-470	2 090	-7 872	-2 648	-1 206	7 501	3 647	

dez/21	Contas individuais								Contas consolidadas			
	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Setor Imobiliário	Área Corporativa	Total	Operações intragrupo	Ajustamentos de consolidação	Farminveste SGPS	
Valores em '000 €												
Volume de Negócios	673 089	-	102 574	12 596	18 193	5 210	14 367	826 030	(26 908)	-	799 122	
EBITDA	21 362	10 345	14 441	(3 363)	(657)	5 065	710	47 902	-	(5 360)	42 542	
Amortizações / Provisões	(7 035)	-	(6 916)	(1 810)	(143)	-	(5 301)	(21 205)	293	4 932	(15 980)	
Resultados financeiros	1 815	-	(2 394)	(276)	(5)	(566)	(5 739)	(7 164)	-	443	(6 721)	
Interesses não controlados	(1 017)	-	(530)	154	-	-	-	(1 393)	-	9	(1 383)	
Resultado Líquido	10 112	10 345	1 693	(6 074)	(824)	4 499	(11 900)	7 852	293	49	8 093	
Interesses minoritários	(4 955)	-	(400)	-	(20)	(802)	-	(6 177)	-	-	(6 177)	
Resultado Líquido consolidado	5 157	10 345	1 294	(6 074)	(844)	3 697	(11 900)	1 675	293	49	1 916	

A performance individual das Unidades de Negócio é detalhada seguidamente.

Distribuição Farmacêutica

- Volume de Negócios: 698,8 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 20,5 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: 8,7 Milhões de Euros

Alliance Healthcare ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	673 089	698 790	25 700,73	3,8%
CMVCM	-613 521	-637 005	-23 484,23	3,8%
Margem Bruta	59 568	61 784	2 216,50	3,7%
FSE	-20 598	-22 260	-1 662,13	8,1%
Gastos com o Pessoal	-18 868	-20 629	-1 761,33	9,3%
Provisões e imparidades	4 354	2 496	-1 858,18	-42,7%
Outros ganhos	982	854	-128,17	-13,1%
Outros gastos	-4 076	-1 741	2 335,40	-57,3%
EBITDA	21 362	20 504	-857,91	-4,0%
Amortizações	-7 035	-8 129	-1 093,77	15,5%
Resultados financeiros	1 815	-1 402	-3 216,71	-177,2%
Impostos	-5 013	-1 180	3 833,18	-76,5%
Interesses minoritários	-1 017	-1 072	-54,56	5,4%
Resultado Líquido	10 112	8 722	-1 389,77	-13,7%

O investimento da Farminveste na área da Distribuição Farmacêutica materializa-se através da participação maioritária (51%) na Alliance Healthcare, que gerou no ano de 2022, um Volume de Negócios Consolidado de 698,8 Milhões de Euros.

Comparativamente com igual período do ano anterior, verificou-se um crescimento das vendas de 3,8% (+25,7 Milhões de Euros) face igual período de 2021. A variação no CMVCM acompanhou a variação das vendas, o que permitiu a manutenção da Margem Bruta em percentagem.

O Resultado Operacional Bruto de 2022 foi de 20,5 Milhões de Euros, ligeiramente inferior ao resultado apurado em 2021, em particular devido ao acréscimo de gastos com pessoal e FSE's.

No ano de 2022, o Resultado Líquido da Alliance Healthcare ascendeu a 8,7 Milhões de Euros, o que representou um decréscimo de 1,4 Milhões de Euros (-13,7%) face ao período homólogo de 2021, por via da redução da margem EBITDA e por via do aumento das amortizações.

Prestação de Cuidados de Saúde

- Contributo para o Resultado Operacional Bruto (EBITDA): +10,3 Milhões de Euros

Os resultados da Farminveste na área da Prestação de Cuidados de Saúde derivam do resultado de duas participações minoritárias, de 30% e 27%, respetivamente, nas empresas CUF e José de Mello Residências e Serviços.

A incorporação dos resultados destas sociedades teve um impacto no EBITDA consolidado de +10,3 Milhões de Euros (essencialmente devido à incorporação dos resultados da CUF), em linha com 2021.

Sistemas de Informação

- Volume de Negócios: 112,6 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 18,6 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: 3,2 Milhões de Euros

Glantt ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	102 574	112 596	10 022	9,8%
CMVCM	-14 230	-16 766	-2 536	17,8%
Subcontratos	-21 375	-22 222	-847	4,0%
Margem Bruta	66 969	73 608	6 639	9,9%
FSE	-11 064	-12 312	-1 248	11,3%
Gastos com o Pessoal	-45 278	-46 663	-1 385	3,1%
Ganhos/Perdas MEP	-16	34	50	-312,5%
Outros ganhos/gastos	4 019	3 978	-41	-1,0%
EBITDA	14 629	18 645	4 016	27,5%
Amortizações	-6 569	-8 830	-2 261	34,4%
Perdas por imparidade	-553	290	843	-152,4%
Ganhos/Perdas imputados de Associadas	47	0	-47	-100,0%
Resultados financeiros	-2 423	-2 300	123	-5,1%
Impostos	-2 908	-4 055	-1 147	39,4%
Atividades descontinuadas	-89	-5	84	-94,4%
Interesses minoritários	-530	-527	3	-0,6%
Resultado Líquido	1 694	3 217	1 613	100,6%

O investimento da Farminveste na área de Sistemas de Informação materializa-se através da participação maioritária direta na Glantt que encerrou o ano de 2022 com um Volume de Negócios de 112,6 Milhões de Euros, o que representou um crescimento de 9,8% face a 2021, ou seja, um aumento de 10 Milhões de Euros.

Este crescimento teve origem quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, neste com especial relevância para o mercado espanhol.

O crescimento no mercado nacional representou cerca de 5%, com um aumento de 4 Milhões de Euros, e o mercado internacional cresceu cerca de 21%, com um aumento em volume de cerca de 6 M€.

Em termos de resultados operacionais, a Glantt encerrou o ano de 2022 com um EBITDA de 18,6 Milhões de Euros, superior em 27,5% ao resultado alcançado em 2021. Para este desempenho, contribuiu não só o mercado internacional, mas também a boa performance no mercado nacional, com um incremento na instalação de robots e venda de equipamentos hospitalares e de infraestruturas.

Em 2022, a Glantt duplicou o Resultado Líquido gerado em 2021, de 1,6 Milhões de Euros, tendo apresentado um Resultado Líquido de 3,2 Milhões de Euros.

Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

- Volume de Negócios: 8,1 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): -3,1 Milhões de Euros
- Operações Descontinuadas = 7,5 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: -12,2 Milhões de Euros

HMR ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	12 596	8109	-4487	-35,6%
FSE	-12 110	-9338	2772	-22,9%
Gastos com o Pessoal	-3 956	-1844	2112	-53,4%
Provisões e imparidades	55	-53	-108	-197,2%
Outros ganhos	126	40	-86	-68,3%
Outros gastos	-75	-30	45	-59,4%
EBITDA	-3 363	-3 117	246	-7,3%
Amortizações	-1 810	-1 391	419	-23,2%
Resultados financeiros	-276	-143	133	-48,0%
Impostos	-779	-232	547	-70,2%
Atividades descontinuadas (a)	104	-7 533	-7 637	-7343,0%
Interesses minoritários	154	-240	-394	-255,8%
Resultado Líquido	-6 074	-12 176	-6 102	100,5%

Detalhe das Operações Descontinuadas ('000€)	Valor
Resultado Líquido HMR ES	-971,8
Resultado Líquido HMR IE	-479,8
Resultado Líquido HMR DE	6,2
Imparidade Goodwill ES	-4 548,6
Imparidade Goodwill IE	-859,0
Provisão para encerram. HMR ES	-2 000,0
Provisão para encerram. HMR IE	-301,2
Eliminações IC Internacional Espanha	1 381,8
Eliminações IC Internacional com Irlanda	242,6
Eliminações IC Esp com PT	-21,2
Eliminações IC PT com Espanha	18,3
(a) Detalhe das operação descontinuadas contas Individuais HMR Internacional e FV IPG Individual	-7 532,8

O investimento da Farminveste na área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico materializa-se através da holding HMR Internacional, que consolida o negócio das suas participadas em 3 geografias - Portugal, Espanha e Irlanda.

Em 2022, a HMR Internacional decidiu descontinuar a atividade da HMR Irlanda, e já em 2023 decidiu descontinuar a operação em Espanha. Por este motivo, as contas de 2022 não são comparáveis com as contas de 2021, uma vez que o resultado da descontinuação destas 2 geografias foi no corrente exercício registado em atividade descontinuadas.

Com efeito, e apesar da melhoria da performance individual da HMR Espanha, ambas as sociedades tiveram um contributo negativo nas contas da HMR Internacional que registou nas suas contas consolidadas e individuais, perdas com operações descontinuadas de 7,5 Milhões de euros.

Ainda assim, parte desse valor, mais concretamente, 6 Milhões de euros são anulados em termos de consolidado e não afetam as contas consolidadas do Grupo, porquanto estas perdas incluem 5,4 M€ de imparidade de goodwill (que tem apenas impacto económico, mas não tem impacto nos resultados consolidados porque foi gerado internamente), e o restante deriva de movimentos entre empresas do grupo que são anulados no consolidado.

Em termos finais, o impacto da descontinuação da HMR Espanha e HMR Irlanda, ascende a 1,5 M€, conforme se detalha na segunda tabela abaixo.

Operações Descont. HMR - FV IPG ('000€)	Valor
Consolidado HMR (a)	-7 532,8
Anulação imparidade Goodwill	5 407,6
ICO'S com IPG	240,9
ICO'S com GLINT	313,0
Total	-1 571,3

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia

- Volume de Negócios: 19,3 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): -0,6 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: -0,47 Milhões de Euros

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	18 193	19 256	1 063	5,84%
Farmácias portuguesas	17 469	18 371	902	5,16%
Aponatura	219	331	112	51,28%
Globalvet	505	554	49	9,61%
EBITDA	-657	-552	105	-16,01%
Farmácias portuguesas	-526	-672	-146	27,81%
Aponatura	64	69	5	7,34%
Globalvet	37	47	10	26,50%
Go Far	-233	5	238	-102,15%
Amortizações	-143	-208	-65	45,15%
Farmácias portuguesas	-119	-183	-64	54,00%
Aponatura	0	0	0	0,00%
Globalvet	-24	-24	0	1,25%
Resultado financeiro	-5	-3	2	-39,49%
Farmácias portuguesas	-3	-2	1	-45,49%
Aponatura	0	0	0	0,00%
Globalvet	-2	-1	1	-30,48%
Resultado líquido	-944	-470	474	-50,24%
Farmácias portuguesas	-648	-766	-118	18,14%
Aponatura	50	53	3	6,49%
Globalvet	11	6	-5	-47,62%
Go Far	-233	5	238	-102,15%
Farbiowel (*)	-229	232	461	-201,22%
Cuidafarma (*)	0	0	0	0,00%
Servestec (*)	105	0	-105	-100,00%

A atividade desenvolvida nesta área de negócio incorpora a exploração do Programa Farmácias Portuguesas e a atividade das empresas Aponatura, Globalvet e Go Far.

Ao nível das Farmácias Portuguesas, verificou-se, em 2022, um crescimento do Volume de Negócios, de 1 Milhão de Euros (+5,8%) dos quais 0,68 Milhões de Euros derivam da emissão de Pontos do Cartão “Saúda” (Programa de Fidelização). A emissão de novos pontos ao abrigo do programa de fidelização totalizou no ano 14,7 Milhões de Euros, o que representa um crescimento de 4,9% face a 2021. Os remanescentes 3,7 Milhões de volume de atividade da área, dizem respeito a parcerias e campanhas para apoiar o Programa de Fidelização e a receitas obtidos na intermediação dos protocolos estabelecidos entre as Farmácias e as Câmaras e outros organismos locais, área que em 2022 evoluiu 5% face a 2021. Neste âmbito, destaca-se o apoio ao Protocolo estabelecido entre as Farmácias e as Câmaras, no âmbito do protocolo de testagem TRAG.

Do lado dos custos, a evolução do Volume de Negócios ao nível da emissão de pontos, permitiu libertar margem bruta direta de 2,3 Milhões de Euros, porquanto o valor dos rebates (pontos consumidos pelas pessoas na utilização do seu cartão das farmácias portuguesas) e que representa um gasto de FSE's de 12,3 Milhões de euros, teve uma variação face a 2021 de apenas 4,8%. Ainda assim, a margem liberta pelo programa de fidelização foi consumida pelos demais custos de estrutura, nomeadamente Pessoal e FSE's que se mantiverem estáveis em 2022, apresentando um ligeiro crescimento de 50 mil euros, o que globalmente representou para a unidade Farmácias Portuguesas um resultado operacional negativo de 766 Mil euros.

À contrário, as marcas Aponatura e Globalvet e Go Far contribuíram positivamente para a melhoria do resultado operacional, por via quer do aumento do Volume de Negócios na Aponatura quer da redução de custos operacionais em todas as empresas.

As empresas Cuidafarma, Servestec e Farbiowell, foram consideradas atividades descontinuadas de 2020 pelo que o seu contributo é visível a apenas ao nível do resultado líquido. Recorde-se que a Cuidafarma foi alienada no primeiro semestre de 2021, a Servestec foi liquidada

no segundo semestre de 2021 e a Farbiowell foi dissolvida em dezembro 2022, tendo sido liquidada definitivamente em fevereiro de 2023, gerando um impacto positivo de 232 mil euros em 2022.

A performance da área resulta assim do contributo negativo das Farmácias Portuguesas, minorado pela performance positiva das empresas marcas próprias.

Setor Imobiliário

- Volume de Negócios: 5,0 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 3,1 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: 2,5 Milhões de Euros

Imofarma ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	5 210	4 991	-219	-4,2%
FSE	-1 089	-1 011	78	-7,1%
Provisões e imparidades	-91	91	182	-200,6%
Outros ganhos	1 352	89	-1 263	-93,4%
Outros gastos	-317	-1 077	-760	239,9%
EBITDA	5 065	3 083	-1 982	-39,1%
Resultados financeiros	-566	-540	26	-4,7%
Resultado Líquido	4 499	2 544	-1 955	-43,5%

O investimento da Farminveste nesta área de negócio materializa-se através da participação maioritária indireta no Fundo Especial de Investimento Fechado Imofarma.

O volume de negócios do Fundo Imofarma manteve-se em linha com o registado em 2021, evidenciando apenas uma redução de 4,2% derivada da não utilização total do imóvel beloura 10, devido à política de flexibilização laboral, o que se traduziu na melhoria dos encargos com rendas por parte da Glintt.

O Resultado Operacional Bruto ascendeu a 3,1 Milhões de Euros, o que representou uma redução de 2 Milhões de Euros (+39,123%) face a igual período do ano anterior, que resultou essencialmente dos seguintes efeitos:

- Ausência de revalorização extraordinária dos imóveis - 1,3 Milhões Euros
- Aumento de gastos de conservação e reparação - 760 mil euros, dos quais metade diz respeito à reparação do telhado da Quinta de Óbidos que estava em risco de queda.

O Resultado Líquido desta unidade de negócio ascendeu a 2,5 Milhões de Euros, que compararam com 4,5 Milhões de Euros em 2021

No âmbito do pilar estratégico relativo à sustentabilidade e salvaguarda do balanço, o acompanhamento e revisão do plano de negócios do Imofarma poderá consubstanciar-se na eventual alienação de ativos não produtivos.

Área Corporativa

- Volume de Negócios: 14,0 Milhões de Euros
- Resultado Operacional Bruto (EBITDA): +1,3 Milhões de Euros
- Resultado Líquido: -7,872 Milhões de Euros

Área Corporativa ('000 €)	dez/21	dez/22	Var	Var%
Volume de Negócios	14 367	13 966	-401	-2,8%
CMVC	0	0	0	0,0%
FSE	-10 435	-8 567	1 868	-17,9%
Gastos com o Pessoal	-3 071	-3 302	-231	7,5%
Provisões e imparidades	-151	-156	-5	3,2%
Outros ganhos	118	75	-43	-36,1%
Outros gastos	-119	-51	68	-56,8%
EBITDA	710	2 107	1 397	196,8%
Amortizações	-5 301	-4 144	1 157	-21,8%
Resultados financeiros	-5 739	-5 907	-168	2,9%
Impostos	-1 571	169	1 740	-110,8%
Resultado Líquido dos detentores de capital	-11 900	-7 872	4 028	-33,8%

Os resultados da Área Corporativa incorporam os Serviços Partilhados do Grupo, que, a partir de final de 2020, passaram a estar integrados na Farminveste IPG por força da operação de fusão com a Farminveste 4 Serviços, assim como os demais custos gerais das holdings, encargos financeiros e impostos. Inclui também os gastos de financiamento suportados pela Farminveste SGPS.

O Volume de Negócios desta unidade (já descontando o efeito da componente do Programa Farmácias Portuguesas que se encontra considerado na área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia) ascendeu a aproximadamente 14 Milhões de Euros, na sua maioria direcionado para o Grupo.

A redução do Volume de Negócios em 2022 face a 2020 decorreu, essencialmente, do efeito de transferência de alguns serviços da Área de Operações Financeiras para a Glintt e da redução ao nível da faturação de alguns serviços corporativos nomeadamente de RH.

Em 2022, o Resultado Operacional Bruto desta área ascendeu a 2,1 Milhões de Euros, tendo melhorado cerca de 1,3 Milhão de Euros face a 2021, essencialmente devido a uma poupança de 1,8 Milhões de Euros em FSE's, a qual acresceu um aumento de gastos com pessoal de 230 mil Euros.

Em termos de gastos de financiamento, a variação não se traduz numa poupança efetiva mas sim numa transferência dos gastos para a FV SGPS, na sequência do acordo com a banca, conforme explicado no ponto 2.3.

A nível do Resultado Líquido a variação entre períodos é de -5,3 Milhões de Euros, pelo facto essencialmente dos valores de amortizações e impostos, conterem em 2021 valores de natureza extraordinária de cerca de 2,8 Milhões de euros e no ano se terem verificado melhorias ao nível do EBITDA de 1 M€ conforme acima mencionado.

3. GESTÃO DO RISCO

O processo de Gestão do Risco tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados a cada negócio, promovendo igualmente as ações necessárias à sua mitigação ou eliminação dos impactos negativos que esses riscos possam vir a produzir na sustentabilidade operacional e financeira da sociedade.

A sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos de externos e ou de mercado, como sejam todos os que, de forma direta ou indireta, tenham impacto numa eventual quebra da procura, ou na subida dos gastos de produção, e também a riscos internos, ou seja, aqueles que resultam do seu contexto empresarial e financeiro, como seja o risco de liquidez, de financiamento e de exposição às variações das taxas de juro decorrentes do seu passivo financeiro, entre outros.

Nesta medida, o processo de Gestão do Risco procura atuar essencialmente ao nível dos riscos internos, nomeadamente, riscos financeiros e operacionais aos quais a Sociedade se encontra exposta, por força da sua situação económica e financeira, atual e prospetiva, sendo as principais medidas implementadas neste âmbito, as seguintes:

Risco de Liquidez - A política de financiamento do Grupo, prevê a necessidade de, a cada momento, existir um plano de recursos, suficiente para suprir os compromissos da sociedade. Este plano de recursos deverá assegurar que os fundos captados através de fontes externas ou acionistas, permite assegurar financeiramente todas as responsabilidades da sociedade, bem como a capitalização das suas participadas. Deverá garantir igualmente que o reembolso da dívida existente, e o pagamento da remuneração do acionista, está de acordo com o plano de investimentos da sociedade e a manutenção de rácios de sustentabilidade adequados. A sociedade prepara em bases anuais, os orçamentos de tesouraria que resultam do orçamento económico, e acompanha mensalmente essa evolução. Adicionalmente, são revistos anualmente os planos de tesouraria a 5 anos, com o propósito de antecipar a necessidade de fundos necessários ao cumprimento da agenda estratégica do Grupo. Neste contexto, a sociedade tem tentado minimizar o risco de liquidez, através da reestruturação do seu passivo financeiro, quer nomeadamente através da diversificação de intervenientes, quer através de contratação de produtos com maturidade alinhada com a sua agenda económica.

Risco de variação das taxas de juro - Devido essencialmente à evolução do indexante aplicável às taxas de juro variáveis, a sociedade tem vindo a acompanhar a evolução do mercado de derivados associados à evolução desse indexante e a estabelecer gradualmente uma política de contratação de produtos de cobertura e/ou substituição de produtos de financiamento de taxa variável por taxa fixa.

Risco de crédito - Este risco decorre da possibilidade de incumprimento do pagamento por parte dos clientes e outros devedores em dívida. Este risco é monitorizado numa base mensal, com o objetivo de acompanhar a evolução do montante dos saldos a receber e respetiva recuperabilidade, procedendo-se à implementação de medidas extraordinárias, sempre que o risco se verifica.

Risco de preço (e margem) - Este risco é estrutural em alguns negócios do Grupo, em especial naqueles onde existe uma forte regulamentação. Neste contexto, a sociedade negocia os contratos de aquisição dos produtos junto dos seus fornecedores, para um horizonte temporal de 2-3 anos de forma a fixar os preços no médio prazo.

Risco cambial - as transações de bens e serviços em moedas diferentes do euro têm um peso residual no total dos movimentos efetuados, não atingindo os 10% definidos pela empresa como limite máximo a partir do qual deverão ser implementadas estratégias de cobertura do risco cambial.

4. PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2023, a Administração da Farminveste SGPS, manterá o foco na eficiência operacional e no controlo rigoroso de custos, em particular nas áreas de *backoffice*, assim como no acompanhamento rigoroso e reavaliação do plano de negócios do grupo empresarial (que poderá consubstanciar-se na celebração de parcerias e na alienação de ativos não produtivos), na maximização de resultados e cash-flow, por forma a permitir uma nova redução

antecipada de Dívida Líquida e a conseqüente melhoria dos indicadores de solvabilidade. Por outras palavras, em 2023, o principal foco e prioridade da Administração será a adequação de medidas para assegurar a sustentabilidade da organização.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Farminveste SGPS propõe que o Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de 3.647.316 Euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal 182.365 Euros
- Resultados transitados 3.464.951 Euros

O Conselho de Administração

Abel Bernardino Teixeira Mesquita
(Presidente)

José Luís Bonifácio Lopes
(Vogal)

Luís Miguel Reis Sobral
(Vogal)

Rui Manuel Assoreira Raposo
(Vogal)

Manuel Maria Corrêa Henriques de Lança
Cordeiro
(Vogal)

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
valor em Euros			
<u>ATIVO</u>			
Ativo não corrente		151 258 051	132 894 796
Ativos tangíveis	6	-	13
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	124 845 789	106 482 520
Outros ativos financeiros	7	26 412 262	26 412 262
Ativo corrente		44 701	25 018
Estado e outros entes públicos	10	7 764	8 392
Diferimentos	11	-	11 275
Caixa e depósitos bancários	4	36 937	5 351
Total do ativo		151 302 753	132 919 814
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
Capital Próprio		121 524 645	108 099 730
Capital social	12	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	12	8 675 000	700 000
Reserva legal	12	1 466 748	1 370 965
Resultados transitados	12	4 217 266	2 397 381
Ajustamentos em ativos financeiros	12	3 518 315	1 715 716
Resultado líquido do período		3 647 316	1 915 667
Passivo não corrente		28 069 235	14 350 705
Financiamentos obtidos	13	28 069 235	13 663 705
Financiamentos obtidos Grupo	13	-	687 000
Passivo corrente		1 708 873	10 469 379
Fornecedores	8	5 531	112 612
Outras dívidas a pagar	9	1 703 342	356 768
Financiamentos obtidos	13	-	10 000 000
Total do Passivo		29 778 108	24 820 084
Total do Capital Próprio e do Passivo		151 302 753	132 919 814

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
valor em Euros			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	5 260 670	2 575 762
Fornecimentos e Serviços externos	14	(231 456)	(359 940)
Gastos com o pessoal	15	(131)	(28 791)
Outros rendimentos	16	1 275	235
Outros gastos	16	(62 449)	(70 438)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 967 909	2 116 829
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(13)	(53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 967 896	2 116 776
Juros e rendimentos similares obtidos	17	-	491 251
Juros e gastos similares suportados	17	(1 319 776)	(691 174)
Resultado antes de impostos		3 648 119	1 916 853
Imposto sobre o rendimento do período	18	(803)	(1 185)
Resultado Líquido do Período		3 647 316	1 915 667

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Períodos	
	2022	2021
valor em Euros		
Resultado Líquido do Período	3 647 316	1 915 667
Total rendimento integral do período	3 647 316	1 915 667

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
valor em Euros			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(387 323)	(290 064)
Pagamentos ao pessoal		-	(58 534)
Caixa gerada pelas operações		(387 323)	(348 598)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(175)	(10)
Outros recebimentos/pagamentos		(196)	(3 736)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(387 695)	(352 344)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações suplementares		(11 440 000)	-
Empresas Grupo		-	(15 000)
Recebimentos provenientes de:			
Juros		-	406 964
Empresas Grupo		-	15 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(11 440 000)	406 964
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 668 000	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		7 975 000	700 000
Outras operações de Financiamento		4 495 000	607 000
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1 016 249)	(577 400)
Suprimentos		(687 000)	-
Outras operações de financiamento		(3 313 000)	(605 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		11 859 281	(71 695)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 e 13	5 352	22 427
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 e 13	36 937	5 352

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no Capital Próprio		
Posição a 01/01/2022	12	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 667	108 099 730
Alterações no período								
Aplicação de resultados		-	-	95 783	1 819 884	-	(1 915 667)	-
		-	-	95 783	1 819 884	-	(1 915 667)	-
Resultado líquido do período	12						3 647 316	3 647 316
Resultado integral							3 647 316	3 647 316
Operações com detentores do Capital no período								
Outras Operações		-	7 975 000	-	-	1 802 599	-	9 777 599
		-	7 975 000	-	-	1 802 599	-	9 777 599
Posição a 31/12/2022	12	100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 645

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no Capital Próprio		
Posição a 01/01/2021		100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	(15 163 822)	104 675 606
Alterações no período								
Aplicação de resultados		-	-	-	(15 163 822)	-	15 163 822	-
		-	-	-	(15 163 822)	-	15 163 822	-
Resultado líquido do período							1 915 667	1 915 667
Resultado integral							1 915 667	1 915 667
Operações com detentores do Capital no período								
Outras Operações		-	700 000	-	-	808 456	-	1 508 456
		-	700 000	-	-	808 456	-	1 508 456
Posição a 31/12/2021	12	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 667	108 099 730

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Exercício de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina nº. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de ações de categoria A e B (17.500.000 e 2.500.000, respetivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento administrativo: de 3 a 4 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A empresa considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios

significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- . Existir compromisso da Entidade; ou
- . Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- . Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 - Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2022 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2022.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

- a) IFRS 16 (alteração), ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 - ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- b) IAS 16 (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- c) IAS 37 (alteração) ‘Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato’. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- d) IFRS 3 (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- e) Melhorias às normas 2018 - 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- a) IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- b) IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- c) IFRS 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de

identificar as carteiras de contratos de seguro no re/conhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração - ou “*General measurement model*” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios - ou “*Premium allocation approach*” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável - ou “*Variable fee approach*” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

- d) **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “*overlay*” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- e) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste, e na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), ‘Passivos não correntes com “*covenants*”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “*covenants*”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “*covenants*”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “*covenants*” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “*covenants*” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- b) **IFRS 16** (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação

variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à ordem	36 937	5 351
Total de caixa e depósitos bancários	36 937	5 351

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

A 31 de dezembro 2022, a Farminveste SGPS era detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 12,24% pertenciam a outros acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2022 não foram pagas remunerações aos órgãos sociais da Farminveste SGPS.

Saldos e transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	31/12/2022		
	Contas a pagar (Nota 8 e 9)	Serviços Obtidos	Gastos com Juro
Empresa-mãe	1 182 050	4 411	13 307
ANF	1 182 050	4 411	13 307
Subsidiárias	2 841	27 800	-
FV IPG	1 612	21 532	-
Glintt	1 229	6 267	-
Total de relações intra-grupo	1 184 891	32 211	13 307

Descrição	31/12/2021				
	Contas a pagar (Nota 8 e 9)	Financiamentos (Nota 13)	Serviços Obtidos	Serviços Prestados	Gastos com Juro
Empresa-mãe	4 003	687 000	5 483	-	11 803
ANF	4 003	687 000	5 483	-	11 803
Subsidiárias	144 619	-	47 864	406 964	-
FV IPG	143 579	-	30 849	406 964	-
Glintt	1 039	-	17 015	-	-
Total de relações intra-grupo	148 622	687 000	53 346	406 964	11 803

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos tangíveis da Farminveste SGPS apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Equipamento administrativo	158	-	158
Ativo tangível bruto	158	-	158
Depreciações acumuladas	(145)	(13)	(158)
Depreciações acumuladas	(145)	(13)	(158)
Ativo tangível líquido	13	(13)	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100,00% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Farminveste SGPS nos ativos líquidos da Farminveste IPG. Os resultados da Farminveste SGPS incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Descrição	% de participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100%	627 328 808	414 670 392	212 658 416	847 530 543	852 791 213

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a €151.258.051 com a decomposição seguinte:

- Participação de capital + €124.845.789
- Empréstimos concedidos + €26.412.262

8. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	2 640	103 990
Fornecedores empresas mãe (Nota 5)	50	4 003
Fornecedores empresas subsidiárias (Nota 5)	2 841	4 619
Total fornecedores	5 531	112 612

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Outras dívidas a pagar	1 703 342	356 768
Remunerações a liquidar	5 131	4 084
Juros a liquidar	516 211	212 684
Empréstimos de Empresas Grupo (Nota 5)	1 182 000	-
Outros credores (Nota 5)	-	140 000
Total de outras dívidas a pagar	1 703 342	356 768

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos era a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Devedor	Devedor
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 509	2 137
Segurança Social	6 255	6 255
Total Estado e outros entes públicos	7 764	8 392

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de diferimentos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Outros Gastos a Reconhecer	-	11 275
Total dos diferimentos ativos	-	11 275

12. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da Farminveste SGPS era detido em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias e os restantes 12,24% pertenciam a Outros acionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº ações	Valor nominal	Categoria das ações	
			Cat. A	Cat. B
100 000 000	17 500 000	5	87 500 000	
	2 500 000	5		12 500 000

As diferentes rubricas constituintes do capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2022 e 2021 são como se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital subscrito	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de Capital Próprio	8 675 000	700 000
Reservas legais	1 466 748	1 370 965
Resultados transitados	4 217 266	2 397 381
Ajustamentos em ativos financeiros	3 518 315	1 715 716
Resultado Líquido do Período	3 647 316	1 915 667
Total do Capital Próprio	121 524 645	108 099 730

A variação de €7.975.000 na rubrica de Outros instrumentos de Capital Próprio deve-se ao reconhecimento de prestações suplementares constituídos com a ANF.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal ascendia a €1.466.748.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas:

- Reserva Legal (5%) >> 182.366
- Resultados Transitados >> €3.464.950

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de empréstimos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não corrente		
Empréstimos obrigacionistas - Obrigações convertíveis (i)	28 069 235	13 663 705
Suprimentos - ANF (Nota 5) (ii)	-	687 000
Total financiamentos obtidos não corrente	28 069 235	14 350 705
Corrente		
Empréstimos obrigacionistas - Obrigações convertíveis (i)	-	10 000 000
Total de financiamentos obtidos	28 069 235	24 350 705

- (i) Em 2021, o valor de €10.000.000 registado na parcela não corrente corresponde ao empréstimo obrigacionista contraído em 2019 (Obrigações Convertíveis 2019-2022), com juros semestrais à taxa de 3,75% e maturidade de 3 anos, ou seja 2022. No final da maturidade, os detentores do título têm a opção de converter 1 obrigação em 1 ação ordinária da sociedade ou reaver o capital investido (€5 por obrigação). Em dezembro de 2021, este valor foi reclassificado para curto prazo, uma vez que se vence em dezembro de 2022. Em 2022, o valor de €14.405.530 incluído na parcela não corrente corresponde ao empréstimo obrigacionista contraído em 2022 com data de conclusão de 2026.
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a ANF concedeu suprimentos à Farminveste SGPS, no montante de €687.000. Estes vencem juros à taxa fixa de 3,5%. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de suprimentos concedidos pela ANF estava totalmente liquidado.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de fornecimentos e serviços externos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Trabalhos especializados	210 789	348 339
Rendas e alugueres	7 177	5 410
Deslocações e estadas	6 635	39
Publicidade e propaganda	5 873	3 942
Serviços bancários	638	534
Contencioso e notariado	294	944
Materiais	50	-
Seguros	-	567
Energia e fluidos	-	165
Total de fornecimentos e serviços externos	231 456	359 940

A variação na rubrica de Deslocações e estadas deve-se à deslocação e permanência de colaboradores para o evento roadshow realizado em Lisboa.

15. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa durante o exercício de 2022 foi de 0 e em 2021 foi de 5. O detalhe da rubrica de Gastos com o Pessoal é o seguinte:

Descrição	2022	2021
Remunerações órgãos sociais	-	16 666
Remunerações do pessoal	-	(7 538)
Encargos sobre remunerações	-	2 727
Seguros de acidentes no trabalho	-	715
Gastos de ação social	131	237
Indemnizações	-	15 000
Outros gastos com pessoal	-	982
Total gastos com pessoal	131	28 791

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição das rubricas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas era a seguinte:

Descrição	2022	2021
Correções relativas a períodos anteriores	491	223
Restituição de Impostos	784	-
Outros não especificados	-	12
Total de outros rendimentos	1 275	235
Impostos	11	7
Correções relativas a períodos anteriores	-	7 811
Donativos	-	220
Quotizações	62 400	62 400
Outros não especificados	38	-
Total de outros gastos	62 449	70 438

17. RESULTADOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição da rubrica Resultados Financeiros era a seguinte:

Descrição	2022	2021
Juros suprimentos	-	491 251
Total de juros e rendimentos similares obtidos	-	491 251
Juros empréstimo obrigacionistas	(1 306 469)	(679 372)
Juros suprimentos	(13 307)	(11 803)
Total de juros e gastos similares suportados	(1 319 776)	(691 174)

A variação na rubrica Juros empréstimo obrigacionistas deve-se à constituição no período findo em 2022 de um novo empréstimo obrigacionista.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre os lucros tributáveis entre €1.500.000 e €7.500.000;
- 5% sobre os lucros tributáveis entre €7.500.000 e €35.000.000; e
- 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000.000.

Adicionalmente, para o exercício de 2018 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artº 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que a Farminveste participa, direta ou indiretamente, pelo menos em 75% do capital, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o RETGS, o qual é encabeçado pela Farminveste. Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime, com exceção das empresas detidas a menos de 75%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

De acordo com a legislação mais recente, os prejuízos ativos a 01.01.2023 deixarão de ter um prazo limite de reporte, mas, em contrapartida, baixa de 70% para 65% o montante que poderá ser deduzido ao Lucro Tributável em cada exercício.”

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

Descrição		2022	2021
Resultado antes de impostos	(1)	3 648 119	1 916 853
Taxa de imposto		22,50%	22,50%
Derrama sobre mat. Coletável		1,50%	1,50%
IRC		21,00%	21,00%
Imposto esperado		820 827	431 292
Ajustamentos:			
Multas, coimas e juros compensatórios		38	-
Benefícios Fiscais		-	(66)
Aplicação MEP		(5 260 670)	(2 575 762)
Outros custos não aceites fiscalmente		-	7 811
Prejuízo para efeitos fiscais		(1 612 513)	(651 165)
Insuficiência Estimativa Imposto		-	10
Tributação Autónoma		803	1 175
Imposto sobre o rendimento	(2)	803	1 185
Taxa efetiva de imposto	(2)/(1)	0,00%	0,00%

19. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

Descrição	2022	2021
Resultado Líquido do Período	3 647 316	1 915 667
Nº médio de ações ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico	0,18	0,10

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2022.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2023, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não aplicável.

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2022

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo não corrente		389 914 716	384 522 504
Ativos tangíveis	6	92 769 851	94 779 860
Propriedades de investimento	7	17 774 300	15 889 350
Goodwill	8	134 397 267	134 601 910
Ativos intangíveis	9	64 832 949	68 445 119
Ativos direitos de uso	6	12 003 454	10 776 652
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	10	56 835 158	44 122 673
Outros Ativos financeiros	10	990 790	950 520
Outros créditos a receber	13	6 257 536	8 709 083
Ativos por impostos diferidos	11	4 053 410	6 247 336
Ativo corrente		237 455 951	218 615 623
Inventários	12	74 501 927	67 801 822
Clientes	13	95 017 295	94 038 891
Estado e outros entes públicos	13	2 922 804	2 260 684
Outros créditos a receber	13	34 865 780	23 768 577
Diferimentos	14	4 438 589	3 664 482
Outros Ativos financeiros	10	7 757 481	8 460 990
Ativos não correntes disponíveis para venda	26	3 906 500	4 236 392
Ativos operações descontinuadas	26	2 185 015	108 369
Caixa e depósitos bancários	4	11 860 562	14 275 417
Total do Ativo		627 370 668	603 138 127
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		182 925 009	167 980 849
Capital subscrito	15	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	8 675 000	700 000
Reserva legal	15	1 466 748	1 370 965
Resultados Transitados	15	4 217 266	2 397 381
Ajustamentos em Ativos financeiros	15	3 518 315	1 715 716
Outras variações no capital próprio	15	-	-
Resultado líquido do período		3 647 316	1 915 668
Capital Próprio antes interesses não controlados		121 524 644	108 099 730
Interesses não controlados	15	61 400 365	59 881 119
Passivo			
Passivo não corrente		182 111 483	182 917 699
Provisões	16	9 053 200	9 172 114
Financiamentos obtidos	17	152 446 650	152 643 465
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	7 847 802	5 827 492
Diferimentos	14	-	57 943
Passivos por impostos diferidos	11	8 297 598	8 621 608
Outras dívidas a pagar	13	4 466 234	6 595 076
Passivo corrente		262 334 174	252 239 578
Fornecedores	13	95 343 424	86 049 257
Estado e outros entes públicos	13	8 436 465	10 036 295
Financiamentos obtidos	17	104 801 264	105 876 648
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	3 537 864	4 139 226
Outras dívidas a pagar	13	27 740 287	33 930 788
Diferimentos	14	15 879 111	11 353 884
Passivos operações descontinuadas	26	6 595 760	853 480
Total do passivo		444 445 658	435 157 276
Total do capital próprio e do passivo		627 370 668	603 138 127

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS CONSOLIDADAS)
 Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	18	831 257 054	799 122 045
Subsídios à exploração		559 805	986 562
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	10 268 906	10 077 740
Variação nos inventários da produção		-3 708	16 023
Trabalhos para a própria entidade	9	3 882 742	4 415 284
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-653 751 392	-627 635 323
Fornecimentos e Serviços externos	19	-75 060 913	-73 885 823
Gastos com o pessoal	20	-73 634 666	-72 932 502
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	-924 886	-546 308
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	3 203 442	4 613 316
Provisões (aumentos/reduções)	16	200 278	28 984
Aumentos/reduções de justo valor	21	-774 495	1 138 160
Outros rendimentos	18 e 22	2 481 900	2 383 151
Outros gastos	23	-2 803 224	-5 238 960
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44 900 843	42 542 348
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-17 170 629	-14 521 384
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-421 193	-1 458 350
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 309 022	26 562 614
Juros e rendimentos similares obtidos	18 e 25	915 758	3 029 788
Juros e gastos similares suportados	25	-11 055 887	-9 750 478
Resultado antes de impostos		17 168 892	19 841 925
Imposto sobre o rendimento do período	11	-5 329 322	-10 285 226
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas		11 839 570	9 556 700
Perdas com operações descontinuadas	27	-1 344 900	-101 577
Resultado líquido antes de interesses não controlados		10 494 670	9 455 122
Interesses não controlados	15	6 847 354	7 539 454
Resultado líquido dos detentores de capital		3 647 316	1 915 668
Resultado por ação básico		0,18	0,10

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS CONSOLIDADAS)
 Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Períodos	
	2022	2021
Resultado Líquido do Período	3 647 316	1 915 668
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	26 464	177 857
Aplicação aos Resultados Transitados	-545 153	113 100
Outro rendimento integral do período	-518 690	290 957
Total rendimento integral do período	3 128 626	2 206 625

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS CONSOLIDADAS)
 Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		966 877 262	915 115 333
Pagamentos a fornecedores		-861 720 520	-821 704 014
Pagamentos ao pessoal		-62 837 278	-63 821 414
Caixa gerada pelas operações		42 319 464	29 589 905
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-6 196 897	1 843 232
Outros recebimentos/pagamentos		-17 640 695	-13 851 203
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		18 481 871	17 581 934
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		-3 030 416	-1 168 324
Ativos intangíveis		-4 413 914	-3 414 685
Investimentos financeiros		-1 257 500	-5 004 649
Prestações Acessórias		-	-312 500
Dividendos		-319 718	-22 317
Outros Ativos		-	-4 187 716
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		40 418	264 994
Ativos intangíveis		-	487 218
Investimentos financeiros		20	-
Outros Ativos		122	1 887 033
Subsídios ao investimento		135 245	461 620
Juros e rendimentos similares		739 629	232 888
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8 106 114	-10 776 439
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		804 469 700	1 093 942 534
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		7 975 000	23 945 000
Suprimentos		32 000	-
Suprimentos		-	10 062 000
Outras operações de Financiamento		4 801 923	607 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-803 174 652	-1 093 597 292
Amortização locação operacional - IFRS 16		-5 636 412	-4 350 587
Juros e gastos similares		-9 439 594	-10 129 541
Juros locação operacional - IFRS 16		-241 111	-309 796
Dividendos		-4 969 409	-4 165 539
Suprimentos		-687 000	-19 110 000
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-8 860 000
Amortização contratos locação financeira		-1 777	-18 494
Outras operações de financiamento		-5 263 648	-332 000
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-12 134 980	-12 316 715
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 759 222	-5 511 219
Efeito das diferenças de câmbio		-7 898	-12 561
Efeito de variação de perímetro		-	86 604
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	14 275 417	19 746 279
Variação de caixa e equivalentes de operações descontinuadas		647 734	33 686
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11 860 562	14 275 417

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses minoritários	Total do Capital próprio	
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período 2021	100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	-15 163 823	104 675 605	55 375 712	160 051 317
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	-	-15 163 823	-	15 163 823	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-340 975	-340 975
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	517 499	-	517 499	-3 011 899	-2 494 400
	-	-	-	-15 163 823	517 499	15 163 823	517 499	-3 352 873	-2 835 374
Resultado líquido do período					-	1 915 668	1 915 668	7 539 454	9 455 122
Diferença de conversão cambial (IAS 21)					177 857	-	177 857	54 926	232 783
Aplicação aos resultados transitados					113 100	-	113 100	263 900	377 000
Resultado integral					290 957	1 915 668	2 206 626	7 858 280	10 064 905
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	700 000	-	-	-	-	700 000	-	700 000
	-	700 000	-	-	-	-	700 000	-	700 000
Posição no final do período 2021	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 668	108 099 730	59 881 119	167 980 849

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses minoritários	Total do Capital próprio	
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período 2022	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 668	108 099 730	59 881 119	167 980 849
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	95 783	1 819 885	-	-1 915 668	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-912 240	-912 240
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	2 304 728	-	2 304 728	-4 255 685	-1 950 957
	-	-	95 783	1 819 885	2 304 728	-1 915 668	2 304 728	-5 167 925	-2 863 197
Resultado líquido do período						3 647 316	3 647 316	6 847 354	10 494 670
Diferença de conversão cambial (IAS 21)					26 464	-	26 464	8 173	34 636
Aplicação aos Resultados Transitados					-528 593	-	-528 593	-168 356	-696 949
Resultado integral					-502 130	3 647 316	3 145 186	6 687 171	9 832 357
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	7 975 000	-	-	-	-	7 975 000	-	7 975 000
	-	7 975 000	-	-	-	-	7 975 000	-	7 975 000
Posição no final do período 2022	100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 644	61 400 365	182 925 009

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7.1 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)

Exercício de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20 000 000 de ações de categoria A e B (17 500 000 e 2 500 000 respetivamente), no valor nominal de 5,00 euros, de natureza escritural e nominativa.

No dia 16 de outubro de 2020 foi realizada a admissão à negociação das ações de categoria B da Farminveste, SGPS à plataforma Euronext Access, estando assim disponível para os investidores poderem passar a transacionar as ações da sociedade em mercado aberto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2021. Contudo o foi necessário reexpressar as contas de 2021, uma vez que a Alliance reexpressou as contas publicadas em 2021.

Segue o detalhe das reexpressões efetuadas no Balanço consolidado da Farminveste SGPS:

	Notas	31/12/2021 Publicado	Reexpressões	31/12/2021 Reexpresso
Ativo corrente				
Inventários	12	69 945 589	-2 143 767	67 801 822
Clientes	13	93 909 106	129 785	94 038 891
Outros créditos a receber	13	21 385 825	2 382 752	23 768 577
Passivo corrente				
Fornecedores	13	85 680 487	368 770	86 049 257

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para o Grupo, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Equipamento básico: de 1 a 20 anos
- Equipamento de transporte: de 4 a 6 anos
- Equipamento administrativo: de 4 a 8 anos
- Outros ativos tangíveis: de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

LOCAÇÕES (IFRS 16)

Esta nova norma substitui a IAS 17 com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

Locações nas quais o Grupo é locatário:

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação correspondente em relação a todos os contratos de locação nos quais é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor. Para essas locações, o Grupo reconhece os pagamentos da locação como uma despesa operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios económicos dos ativos arrendados são consumidos.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa implícita na locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o locatário usa sua taxa de empréstimo incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos de locação (incluindo pagamentos substanciais), deduzidos de quaisquer incentivos a receber;
- Pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- O valor que se espera pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra, se o locatário tiver razoavelmente certeza de exercer as opções; e
- Pagamentos de multas pela rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir o contrato.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, aumentando o valor contabilístico para refletir juros sobre o passivo de locação (usando o método dos juros efetivos) e reduzindo o valor contabilístico para refletir os pagamentos efetuados.

O Grupo remensura o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente no ativo de direito de uso relacionado) sempre que:

- O prazo da locação muda ou há um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, resultando em uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra; nesse caso, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista.
- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido; nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto inalterada (a menos que os pagamentos da locação sejam alterados devido a uma alteração na taxa de juros flutuante; nesse caso, uma taxa de desconto revista é usada).
- Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado com base no prazo da locação modificado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início, menos os incentivos recebidos e os custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período mais curto do prazo da locação e pela vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transfere a propriedade do ativo subjacente ou o custo do ativo de direito de uso reflete que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de início da locação.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada na Demonstração da Posição Financeira. O Grupo aplica a IAS 36 para determinar se um ativo de direito de uso está deteriorado e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada de acordo com a IAS 36 - imparidade de ativos.

Os alugueres variáveis que não dependem de um índice ou taxa, não são incluídos na mensuração do passivo de locação e do ativo de direito de uso. Os pagamentos relacionados são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia esses pagamentos ocorre e são incluídos em 'fornecimentos e serviços externos' no resultado. Como um expediente prático, a IFRS 16 permite que o locatário não separe os componentes que não são de locação financeira e, em vez disso, contabiliza qualquer locação e componentes de não locação associados como uma única combinação. A empresa utiliza esse expediente prático.

Locações nas quais o Grupo é locador

O Grupo não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sublocação em que o Grupo é locador ao abrigo da IFRS 16.

RÉDITO (IFRS 15)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis do Grupo de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data exatável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A IFRIC 23, trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

SUBSÍDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados de acordo com os gastos incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos e outras dívidas a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: o Grupo reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 – Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2022 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2022.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

- f) **IFRS 16 (alteração), ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’.** A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 - ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- g) **IAS 16 (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’.** Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- h) **IAS 37 (alteração) ‘Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato’.** Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- i) **IFRS 3 (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’.** Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- j) **Melhorias às normas 2018 - 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- f) **IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- g) **IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- h) **IFRS 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades

emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no re/conhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração - ou “*General measurement model*” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios - ou “*Premium allocation approach*” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável - ou “*Variable fee approach*” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

- i) **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “*overlay*” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.
- j) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste, e na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), ‘Passivos não correntes com “*covenants*”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “*covenants*”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou

em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

- b) **IFRS 16** (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo através do método direto. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	10 781	11 818
Depósitos à ordem	11 733 317	14 116 876
Depósitos a prazo	116 465	146 723
Total de caixa e depósitos bancários	11 860 562	14 275 417

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados e de participações financeiras. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5 - PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata: Associação Nacional das Farmácias

Nome da empresa-mãe controladora final: Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é atualmente detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 12,24% distribuídos pelos restantes acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2022, as remunerações pagas dos órgãos sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram 1 421 558 euros.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos e as transações efetuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transações / Saldos partes relacionadas 2022	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	3 490 707	58 899	6 500 000	542 339	16 082
Outras Partes Relacionadas	2 568 258	940 847	-	440 859	58 603

Transações / Saldos partes relacionadas 2021	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	3 413 767	124 081	6 500 000	633 605	43 338
Outras Partes Relacionadas	2 451 631	2 239 469	-	555 894	534 565

6 - ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2022, os movimentos nas rubricas de ativos tangíveis e respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Descrição	31/12/2021	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Operações Descontinuadas	Acertos cambiais	31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	2 093 225	-	-	-	-	-	-	2 093 225
Edifícios e outras construções	96 058 755	376 838	-1 800 287	-195 658	210 388	-374 946	54 078	94 329 168
Equipamento básico	36 426 203	821 071	-	-60 407	177 111	-	-1 603	37 362 375
Equipamento de transporte	2 623 729	347 459	-	-272 905	103 900	-19 404	-5 055	2 777 723
Equipamento administrativo	11 044 690	359 098	-	-149 190	-133 763	-1 917	-5 807	11 113 111
Outros Ativos tangíveis	1 378 838	1 589	-	-14 862	-	-	-484	1 365 082
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	109 246	868 091	-	-83 086	-248 357	-	-	645 894
Ativo tangível bruto	149 734 686	2 774 145	-1 800 287	-776 107	109 279	-396 267	41 128	149 686 578
Depreciações acumuladas (Nota 26)	-54 461 017	-3 049 298	-	644 398	32 824	210 237	-16 250	-56 639 106
Perdas por imparidade e reversões acumul.	-493 809	216 189	-	-	-	-	-	-277 620
Depreciação acumulada	-54 954 826	-2 833 109	-	644 398	32 824	210 237	-16 250	-56 916 726
Ativo tangível líquido	94 779 860	-58 964	-1 800 287	-131 709	142 103	-186 030	24 878	92 769 851

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativos tangíveis	31/12/2021	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Operações Descontinuadas	Acertos cambiais	31/12/2022
Farminveste SGPS								
Ativo tangível bruto	158	-	-	-	-	-	-	158
Depreciação acumulada	-145	-13	-	-	-	-	-	-158
Ativo tangível líquido	13	-13	-	-	-	-	-	-
Farminveste IPG								
Ativo tangível bruto	11 142 638	160 070	-	-	-	-	-	11 302 708
Depreciação acumulada	-9 480 222	-501 874	-	-	-	-	-	-9 982 096
Ativo tangível líquido	1 662 416	-341 804	-	-	-	-	-	1 320 612
Globalvet								
Ativo tangível bruto	5 576	-	-	-	-	-	-	5 576
Depreciação acumulada	-5 522	-43	-	-	-	-	-	-5 565
Ativo tangível líquido	54	-43	-	-	-	-	-	11
Glíntt								
Ativo tangível bruto	10 599 665	146 893	-	-538 258	-	-396 267	41 128	9 853 161
Depreciação acumulada	-8 875 070	-411 288	-	511 944	-	210 237	-16 250	-8 580 426
Ativo tangível líquido	1 724 595	-264 395	-	-26 314	-	-186 030	24 878	1 272 735
HMR								
Ativo tangível bruto	324 586	-	-	-	-133 763	-	-	190 823
Depreciação acumulada	-278 261	-7 198	-	-	109 424	-	-	-176 036
Ativo tangível líquido	46 325	-7 198	-	-	-24 339	-	-	14 788
Alliance Healthcare								
Ativo tangível bruto	50 858 764	2 467 183	-	-237 849	243 042	-	-	53 331 140
Depreciação acumulada	-36 315 606	-1 912 693	-	132 454	-76 600	-	-	-38 172 445
Ativo tangível líquido	14 543 158	554 490	-	-105 395	166 442	-	-	15 158 695
Imofarma								
Ativo tangível bruto	76 803 300	-	-1 800 287	-	-	-	-	75 003 013
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível líquido	76 803 300	-	-1 800 287	-	-	-	-	75 003 013
TOTAL								
Ativo tangível bruto	149 734 686	2 774 145	-1 800 287	-776 107	109 279	-396 267	41 128	149 686 578
Depreciação acumulada	-54 954 826	-2 833 109	-	644 398	32 824	210 237	-16 250	-56 916 726
Ativo tangível líquido	94 779 860	-58 964	-1 800 287	-131 709	142 103	-186 030	24 878	92 769 851

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em 3 rubricas do balanço:

- Ativos tangíveis, propriedades de investimento e ativos detidos para venda. A sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:
 - Ativos tangíveis (75 milhões de euros): os imóveis arrendados a empresas do Grupo ou que não pertençam ao grupo e que garantem um rendimento, são considerados como ativos tangíveis. O valor dos ativos foi reavaliado e reduziu em 1,8 milhões de euros durante o ano de 2022.
 - Propriedades de investimento (17,8 milhões de euros) (Nota 7): os terrenos e o andar da Almirante Reis constituem ativos que são mantidos na carteira do fundo numa perspetiva de valorização imobiliária, sendo considerados como propriedades de investimento.
 - Ativos detidos para venda: o imóvel da Quinta das Janelas em Óbidos valorizado em 3,9 milhões de euros.

Relativamente aos Ativos tangíveis do Imofarma, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos de 75 milhões de euros com os valores residuais de 115 milhões de euros, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido. Os imóveis desvalorizaram em 2022 1,8 milhões de euros.

Nos restantes movimentos de salientar:

- Aumento de Ativo Bruto na Alliance diz essencialmente respeito a equipamento informático, eficiência energética dos seus edifícios e a construção de uma câmara frigorífica.

Rendas dos ativos tangíveis do IMOFARMA

	Valor imóvel	Renda anual
Imóveis Ativos do Imofarma	(Contabilístico)	2022
Arrendados - Ativos Tangíveis		
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 487 619	169 159
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ram	37 780 000	2 049 068
F. PÓLVORA - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 495 000	358 712
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	16 735 428	1 210 556
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	8 929 230	601 715
SITIO da IGREJA - Cero do Galo, Estrada 125	825 100	67 549
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 675 237	205 652
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	609 200	53 549
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	466 200	18 170
subtotal	75 003 013	4 734 130
Não Arrendados - Propriedades Investimento		
F. PÓLVORA - LT EIT5 e 6 - Barcarena - Oeiras	729 500	
Abrunheira e Linhó. Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura Lotes 302, 313 e 314	7 406 200	
Vale de Toiros - Palmela	4 082 500	
Terreno - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	2 273 500	
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	362 050	
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	1 705 000	
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 215 550	
subtotal	17 774 300	
	92 777 313	4 734 130

O valor das rendas anuais para 2023 têm a atualização prevista de 1,02 em todos os contratos de arrendamento, de acordo com o IPC (sem aditação) divulgado pelo INE.

1. Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis ativos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afetos ao desenvolvimento das atividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspetiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente.

Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem ativos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

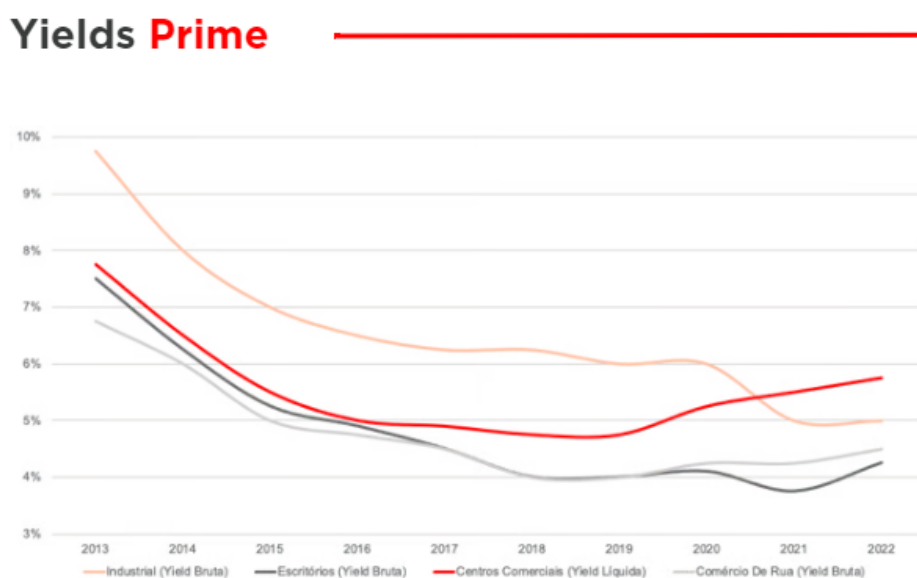
1. Valor anual de renda por imóvel (R) - valor que constitui o *cash-flow* anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente atualizado a 31 de Dezembro de 2022;
2. *Yield* - a *yield* representa a taxa de rendimento gerada por um ativo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;

3. Perpetuidade - considerando o carácter estável e permanente dos inquilinos do IMOFARMA e do valor por estes pago pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de dezembro de 2022 assenta na fórmula da perpetuidade:

$$Valor\ Residual_{31/12/2022} = \frac{Renda\ anual_{31/12/2022}}{Yield}$$

Para obtenção de valores de mercado foi tido em consideração o relatório “Marketbeat Portugal Primavera 2023” da Cushman & Wakefield disponível no sítio www.cushmanwakefield.com.

Em termos de yield que se está a praticar no mercado de investimento imobiliário em Lisboa, refere a C&W, no seu relatório Marketbeat Beat Portugal Primavera 2023, que “após uma relativa estabilidade durante o primeiro semestre de 2022, o atual contexto económico contribuiu para aumentos homólogos entre os 25 e 50 pontos base das yields prime dos principais setores do mercado imobiliário comercial. No caso de Industrial & Logística, formalmente não se considerou uma expansão das yields porque o valor de 2021 refletia transações efetuadas e não necessariamente as yields que teriam sido pagas por imóveis de referência”.



Fonte: Cushman & Wakefield

Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de dezembro de 2022 foi considerado um Yield média de 4,13%.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflete o valor contabilístico bem como o valor residual para cada ativo tangível.

Imóveis Ativos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2022	Valor Residual 31-12-2021	Diferença VR-VC
Arrendados - Ativos Tangíveis				
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 487 619	169 159	4 100 820	1 613 201
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramal	37 780 000	2 049 068	49 674 377	11 894 377
F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - Oeiras	4 495 000	358 712	8 696 043	4 201 043
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	16 735 428	1 210 556	29 346 806	12 611 378
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	8 929 230	601 715	14 587 031	5 657 801
SÍTIO da IGREJA - Cero do Galo, Estrada 125	825 100	67 549	1 637 560	812 460
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 675 237	205 652	4 985 506	2 310 269
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	609 200	53 549	1 298 154	688 954
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	466 200	18 170	440 474	-25 726
	75 003 013	4 734 130	114 766 771	39 763 757

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se estes serem sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos ativos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

Ativos direito de uso

Em 2022, decorrente da aplicação da IFRS 16, foram reconhecidos os seguintes ativos por direito de uso e movimentos no ano:

Descrição	31/12/2021	Adições	Alienações e abates	Transferências	Operações Descontinuadas	Outras Alterações	31/12/2022
Terrenos e Recursos Naturais	262 500	-	-	-	-	-	262 500
Edifícios e outras construções	11 930 346	5 988 971	-2 249 860	-	-541 792	20 761	15 148 426
Equipamento Básico	139 142	-	-	-139 142	-	-	-
Viaturas	11 498 299	1 268 289	-4 919 459	-103 900	-287 030	-15 393	7 440 806
Outros	62 599	-	-62 599	-	-	-	-
Ativo tangível bruto	23 892 885	7 257 261	-7 231 918	-243 042	-828 822	5 367	22 851 732
Dep. acumuladas (Edifícios e outras construções)	-6 133 818	-2 187 669	1 011 116	-	432 390	8 976	-6 869 005
Dep. acumuladas (Equipamento Básico)	-28 219	-	-	28 219	-	-	-
Dep. acumuladas (Viaturas) - Direito Uso	-6 903 662	-1 957 548	4 670 838	49 786	170 656	-9 342	-3 979 272
Dep. acumuladas (Outros) - Direito Uso	-50 531	-12 068	62 599	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-13 116 231	-4 157 285	5 744 553	78 005	603 046	-366	-10 848 277
Ativo tangível líquido	10 776 652	3 099 976	-1 487 366	-165 037	-225 776	5 002	12 003 454

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativo direito de uso	31/12/2021	Adições	Alienações/ Abates	Transferências	Operações Descontinuadas	Outras Alterações	31/12/2022
Farminveste IPG							
Ativo direito de uso	1 611 155	72 505	-609 559	-	-	-27 500	1 046 601
Depreciação acumulada	-1 071 177	-268 616	609 559	-	-	-366	-730 599
Ativo tangível líquido	539 978	-196 111	-	-	-	-27 865	316 002
Globalvet							
Ativo direito de uso	111 557	-	-40 545	-	-	-	71 012
Depreciação acumulada	-58 771	-24 257	37 615	-	-	-	-45 412
Ativo tangível líquido	52 786	-24 257	-2 930	-	-	-	25 599
Glintt							
Ativo direito de uso	9 304 989	1 212 433	-3 301 771	-	-	-	7 215 652
Depreciação acumulada	-5 189 220	-1 711 245	2 853 135	-	-	-	-4 047 331
Ativo tangível líquido	4 115 769	-498 812	-448 636	-	-	-	3 168 321
HMR							
Ativo direito de uso	1 363 689	27 372	-457 267	-	-828 822	-	104 972
Depreciação acumulada	-980 714	-70 647	385 376	-	603 046	-	-62 940
Ativo tangível líquido	382 975	-43 275	-71 892	-	-225 776	-	42 033
Alliance Healthcare							
Ativo direito de uso	11 501 496	5 944 950	-2 822 776	-243 042	-	32 867	14 413 495
Depreciação acumulada	-5 816 349	-2 082 520	1 858 868	78 005	-	-	-5 961 996
Ativo tangível líquido	5 685 147	3 862 430	-963 908	-165 037	-	32 867	8 451 500
TOTAL							
Ativo direito de uso	23 892 885	7 257 261	-7 231 918	-243 042	-828 822	5 367	22 851 732
Depreciação acumulada	-13 116 231	-4 157 285	5 744 553	78 005	603 046	-366	-10 848 277
Ativo tangível líquido	10 776 652	3 099 976	-1 487 366	-165 037	-225 776	5 002	12 003 454

Durante o ano de 2022 a HMR Internacional comunicou a decisão de encerrar a atividade na Irlanda, e já em 2023, foi também tomada a decisão de desinvestir do mercado Espanhol. A estimativa de gasto relativa ao encerramento destas geografias encontra-se já refletida nas contas de 2022.

7 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

Imóveis	Área (m2)	Data Aquisição	Valor Imóvel	País	Município
TERRENOS URBANIZADOS					
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	14 885	24/07/2008	4 312 100	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	5 932	24/07/2008	1 693 750	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 906	24/07/2008	1 400 350	Portugal	Sintra
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16/05/2006	374 500	Portugal	Oeiras
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16/05/2006	355 000	Portugal	Oeiras
TERRENOS NÃO URBANIZADOS					
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	89 302	29/06/2009	2 273 500	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16/05/2006	4 082 500	Portugal	Palmela
CONSTRUÇÕES ACABADAS					
Rua Santa Catarina 2 e 4 - Marechal Saldanha - Lisboa	174	16/05/2006	362 050	Portugal	Lisboa
QUINTA DA BELOURA-Rua do Centro Emp. Lt 307(EE-10) - Albarraque	890	16/05/2006	1 705 000	Portugal	Lisboa
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 696	20/12/2017	1 215 550	Portugal	Coimbra
			17 774 300		

8 - GOODWILL

Durante o exercício de 2022, o movimento na rubrica de Goodwill e respetivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
José de Mello Saúde, SGPS, S.A	12 360 147	-	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	18 776 813	-	-	18 776 813
Alloga Portugal - Produtos de Consumo Farmacêutica, Lda.	8 979 483	-	-	8 979 483
Alliance Healthcare Açores, S.A.	1 756 321	-	-	1 756 321
Eurociber	18 098 387	-	-	18 098 387
WEN	9 368 062	-	-	9 368 062
Sols e Solsuni	3 601 775	-	-	3 601 775
Bytecode	6 310 267	-	-	6 310 267
Glintt HS	9 813 901	-	-	9 813 901
Pulso Informática	3 260 281	-	-	3 260 281
EHC	1 472 458	-	-	1 472 458
Glintt Angola	351 151	-	-	351 151
Consiste - SGPS	32 796 606	-	-	32 796 606
Loginfar	1 326 313	-	-	1 326 313
Aseting Informatica SL	992 190	-	-350 000	642 190
VanityMeridian	844 871	-	-	844 871
Hltsys	148 087	-	-	148 087
Contraço	90 774	-	-	90 774
Concep	901 730	145 357	-	1 047 087
Farmatools	3 352 293	-	-	3 352 293
Total de goodwill	134 601 910	145 357	-350 000	134 397 267

Foram realizados testes de imparidade às participadas pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no Plano de Negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detetadas situações de imparidade.

Em 2022, o aumento de Goodwill no grupo decorreu de ajustamentos ao valor da empresa Concep e Asseting do grupo Glintt.

9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2022, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Consolidado	31/12/2021	Adições	Alienações	Outras alterações	Operações Descontinuadas	Acertos cambiais	31/12/2022
Intangíveis desenvolvidos internamente	36 172 643	3 253 193	-	-	-	-	39 425 836
Projectos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	38 126 970	2 477 906	-91 460	-3 010	-3 450	498	40 507 454
Propriedade industrial	1 917 355	11 246	-31 361	-	-	-	1 897 240
Carteira de Clientes	39 562 292	-	-	-	-	-	39 562 292
Outros Ativos Intangíveis	2 142 857	-	-	-	-	-	2 142 857
Investimentos em curso - Ativos intangíveis	2 144 799	1 242 900	-161 670	-	-	-	3 226 029
Ativo intangível bruto	122 538 866	6 985 244	-284 491	-3 010	-3 450	498	129 233 657
Amortizações acumuladas (nota 26)	-49 445 681	-9 964 046	288 504	3 010	3 450	-498	-59 115 260
Perdas por imparidade acumuladas	-4 648 067	-637 382	-	-	-	-	-5 285 449
Amortização acumulada	-54 093 748	-10 601 427	288 504	3 010	3 450	-498	-64 400 709
Ativo intangível líquido	68 445 119	-3 616 183	4 014	-	-	-	64 832 949

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da Demonstração dos Resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

Por empresa os movimentos foram:

Empresa	Aquisições	TPE	Externo
Farminveste IPG	1 242 900	1 174 538	68 362
Glintt	3 297 812	2 178 534	1 119 279
Alliance Healthcare	2 444 532	529 670	1 914 862
Total	6 985 244	3 882 742	3 102 502

Ativos intangíveis	31/12/2021	Adições	Alienações	Outras alterações	Operações Descontinuadas	Acertos cambiais	31/12/2022
Farminveste IPG							
Ativo intangível bruto	18 493 829	1 242 900	-	-	-	-	19 736 729
Depreciação acumulada	-10 644 137	-1 553 733	-	-	-	-	-12 197 871
Ativo intangível líquido	7 849 691	-310 833	-	-	-	-	7 538 858
Globalvet							
Ativo intangível bruto	32 035	-	-	-	-	-	32 035
Depreciação acumulada	-32 035	-	-	-	-	-	-32 035
Ativo intangível líquido	-	-	-	-	-	-	-
Glantt							
Ativo intangível bruto	73 642 632	3 297 812	-122 821	-	-3 450	498	76 814 671
Depreciação acumulada	-31 536 698	-5 497 355	126 835	-	3 450	-498	-36 904 266
Ativo intangível líquido	42 105 934	-2 199 542	4 014	-	-	-	39 910 405
HMR							
Ativo intangível bruto	7 295 355	-	-161 670	-3 010	-	-	7 130 676
Depreciação acumulada	-3 293 386	-1 153 252	161 670	3 010	-	-	-4 281 958
Ativo intangível líquido	4 001 970	-1 153 252	-	-	-	-	2 848 717
Alliance Healthcare							
Ativo intangível bruto	23 075 017	2 444 532	-	-	-	-	25 519 549
Depreciação acumulada	-8 587 494	-2 397 087	-	-	-	-	-10 984 581
Ativo intangível líquido	14 487 523	47 445	-	-	-	-	14 534 968
TOTAL							
Ativo intangível bruto	122 538 866	6 985 244	-284 491	-3 010	-3 450	498	129 233 657
Depreciação acumulada	-54 093 748	-10 601 427	288 504	3 010	3 450	-498	-64 400 709
Ativo intangível líquido	68 445 119	-3 616 183	4 014	-0	-	-	64 832 949

Os principais aumentos dizem respeito essencialmente a:

- Software hospitalar desenvolvido e comercializado pela Glantt - 3,2 Milhões de euros;
- Implementação do novo sistema SAP S/4 HANA na Alliance Healthcare - 2,4 Milhões de euros cujo início ocorreu apenas a 1 janeiro de 2022;
- Desenvolvimento do Sifarma - 1,2 Milhão de euros na Farminveste IPG;

No final de 2022: i) não foram identificados fatores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer ativo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de ativos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis; vi) não existem ativos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

10 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método utilizado em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:



Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas Subsidiárias			
HMR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research - España, S.L.	Madrid	100,00%	Integral
HMR Ireland Limited	Dublin	50,00%	Integral
HMR Health Market Research Germany GmbH	Frankfurt	100,00%	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	96,00%	Integral
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
Aponatura Portugal, Lda	Lisboa	60,00%	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda	Porto	51,00%	Integral
Alloga Portugal, Lda.	Lisboa	51,00%	Integral
Almus, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Açores, S.A.	Ponta Delgada	51,00%	Integral
Alloga Logifarma, S.A.	Lisboa	26,01%	Integral
Alphega, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	82,17%	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Business Solutions, Lda	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	76,4% (1)	Integral
Pubo Informatica, SLU	Madrid	76,4% (1)	Integral
Solservice Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Glintt Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Consoft, SA	Madrid	76,4% (1)	Integral
Farmasoft, SL	Madrid	42,02% (1)	Integral
Glintt España, SL	Madrid	76,4% (1)	Integral
Glintt INOV, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Glintt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	76,4% (1)	Integral
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	76,4% (1)	Integral
Glintt UK, Limited	Londres	76,4% (1)	Integral
Glintt Ireland Solutions, Limited	Dublin	76,4% (1)	Integral
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Qwerty Farma, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Alpes Informática	San Sebastian	76,4% (1)	Integral
Glintt Açores	Praia da Vitória	76,4% (1)	Integral
LOGINFAR S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
Contraço, Lda	Sintra	76,4% (1)	Integral
Monsegur Informática, S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
HLTSYS	Porto	38,97% (1)	Integral
VanityMeridian	Porto	76,4% (1)	Integral
Aseting Informatica SL	Huelva	45,8% (1)	Integral
Concept Arquitectura y Diseño de Farmacias Rentables S.L.	Zaragoza	38,97% (1)	Integral
Farmatools 2 SLU	Bilbao	76,4% (1)	Integral
Empresas Associadas			
CUF, SA	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	27,00%	Equivalência Patrimonial
Entidades conjuntamente controladas			
Go Far Insurance - Soluções e Serviços Para Protecção da Saúde, Mediação de Seguros	Lisboa	50,00%	Equivalência Patrimonial
Cogifar Tech, S.L.	Valencia	38,2% (1)	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem da participação na Glintt é de 76,40451 %



A informação financeira disponível à data da Demonstração da Posição Financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	% de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS	Empresa-mãe	627 370 668	444 445 658	182 925 009	842 275 216	852 769 886
Empresas Subsidiárias						
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100,00%	627 328 808	414 670 392	212 658 416	840 683 188	852 791 213
Alliance Healthcare, S.A. (contas consolidadas)	51,00%	238 209 780	179 200 112	59 009 668	694 234 513	704 028 296
Aponatura Portugal, Lda	60,00%	259 925	93 879	166 046	278 096	331 343
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	100,00%	15 402	692 138	-676 736	15 945	142 128
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	96,00%	141 887	220 649	-78 762	620 027	575 589
HMR - Health Market Research International, S.A. (contas consolidadas)	100,00%	20 965 690	14 500 494	6 465 196	20 324 325	8 148 822
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	82,17%	96 710 514	21 737 922	74 972 592	2 628 262	5 171 911
Glantt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A. (contas consolidadas)	76,40%	187 597 817	108 371 500	79 226 317	113 770 786	117 514 746
Empresas Associadas						
CUF	30,0%	900 970 157	711 967 697	189 002 459	603 687 086	638 214 959
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	27,0%	25 296 255	21 050 288	4 245 968	8 413 248	7 806 431
Entidades conjuntamente controladas						
Go Far Insurance S.A	50,0%	706 390	164 053	542 337	612 002	621 218

A Farminveste IPG detém, uma participação financeira de 76,4% na Glantt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) nas suas contas individuais.

A sociedade Glantt encontra-se cotada na Euronext Lisboa. À data de 31 de dezembro de 2022, a valorização da participação na Glantt à cotação de mercado era de €19.479.682 (86.962.868 ações a € 0,224/ação). À data deste relatório a ação Glantt encerrou o dia com a cotação de € 0,224/ação.

A Farminveste considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo. Por este motivo, não ajustou em 2022 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glantt em função da cotação das suas ações.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glantt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participações Financeiras	56 835 158	44 122 673
Empresas Associadas- MEP	56 835 158	44 122 673
CUF, SA	55 994 819	43 176 600
José de Mello Saúde e Residencias	840 339	946 073
Outros Ativos Financeiros	8 748 271	9 411 511
Não corrente	990 790	950 520
Empresas Associadas - Outros métodos	217 941	176 139
Sensing Evolution	84 626	84 626
Mantelhor EGAP	3 000	3 000
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	40 000	40 000
COGIFAR TECH S.L.	70 316	36 014
Outras	19 999	12 499
Entidades conjuntamente controladas	271 210	266 603
Go Far Insurance	271 210	266 603
Outros Ativos não corrente	501 639	507 779
Outros Ativos corrente	7 757 481	8 460 990
Total	65 583 429	53 534 184

Na rubrica de Outros Ativos Financeiros estão registados:

- Não corrente: essencialmente a constituição do Fundo de Compensação do Trabalho.
- Corrente: Ativos de terceiros na posse do Grupo referentes aos stocks nos armazéns da Alloga Logifarma

Os resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração dos Resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	% participação	2022	2021
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	CUF, SA	30,00%	10 358 362	10 413 300
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	27,00%	-128 366	-68 610
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Go Far Insurance	50,00%	4 608	-232 868
Glantt	Cogifar	50,00%	34 302	-34 083
	Total		10 268 906	10 077 740

11 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2022	2021
Imposto corrente	6 662 804	7 369 416
Imposto diferido	290 051	2 643 415
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	273	27 268
Outros ajustamentos	-1 623 805	245 128
Total	5 329 322	10 285 226

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

Impostos Diferidos	31/12/2022	31/12/2021
Ativos por Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	377 659	2 517 931
Ajustamentos de inventário	714 035	-115 706
Benefícios fiscais	797 325	804 267
Perdas de imparidade para saldos de clientes	2 157 960	3 033 927
Perdas de imparidade para contas a receber	6 432	6 918
Total	4 053 410	6 247 336
Passivos por Impostos diferidos		
Outros	104 980	183 716
Ativos fixos tangíveis	6 411	8 415
Carteira de clientes - Logifarma	717 017	834 882
Carteira de clientes - Consoft	6 833 179	6 923 290
Carteira de clientes - Qwertys	289 359	300 741
Carteira de clientes - Alpes	148 965	150 550
Carteira de clientes - Monsegur	197 686	220 014
Total	8 297 598	8 621 608

12 - INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	75 031 745	-2 952 601	72 079 144
Produtos de consumo	393 078	-	393 078
Outros	2 557 031	-527 327	2 029 705
Total	77 981 855	-3 479 928	74 501 927

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	31/12/2022	31/12/2021
Existências Iniciais	67 801 822	65 541 846
Compras	658 920 475	630 020 148
Regularizações	-1 152 508	-124 849
Movimentos de Acréscimos	2 683 530	-
Existências finais	-74 501 927	-67 801 822
Custo do exercício	653 751 392	627 635 323

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

Imparidades Inventário	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Mercadorias	2 555 042	924 886	3 479 928

Os aumentos de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da Demonstração dos Resultados “Imparidade de inventários (perdas)/reversões”.

No fecho de 2022, identificou-se um erro na apresentação das contas da Alliance Healthcare, que originou a reexpressão do balanço de 2021, quer ao nível da sociedade, quer ao nível das contas consolidadas da Farminveste SGPS.

13 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Clientes conta corrente e conta letras	103 447 993	560 527	102 949 890	570 753
Clientes de cobrança duvidosa	9 565 159	-	12 868 961	-
<i>Perdas por imparidade</i>	-17 995 857	-121 473	-21 779 961	-90 972
Total clientes	95 017 295	439 054	94 038 891	479 782
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 052 332	-	1 846 074	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	855 184	-	357 876	2 449 299
Outros	15 288	-	56 734	-
Total estado (ativo)	2 922 804	-	2 260 684	2 449 299
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER				
Pessoal	26 618	-	47 554	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	16 475 519	-	11 332 023	-
Outros devedores	11 954 539	6 068 482	5 839 894	6 030 002
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 500 000	-	6 640 000	-
<i>Perdas por imparidade</i>	-90 895	-250 000	-90 895	-250 000
Total outros créditos a receber	34 865 780	5 818 482	23 768 577	5 780 002
Total de outros créditos a receber	132 805 878	6 257 536	120 068 151	8 709 083

No fecho de 2022, identificou-se um erro na apresentação das contas da Alliance Healthcare dando lugar a reexpressão das demonstrações financeiras de 2021 na rubrica de clientes e outros devedores.

Por empresa o detalhe em 2022 e 2021 é o seguinte

Não corrente

Descrição	2022			2021		
	Não corrente	Alliance Healthcare	Glantt	Não corrente	Alliance Healthcare	Glantt
CLIENTES						
Clientes conta corrente e conta letras	560 527	-	560 527	570 753	-	570 753
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
<i>Perdas por imparidade</i>	-121 473	-	-121 473	-90 972	-	-90 972
Total clientes	439 054	-	439 054	479 782	-	479 782
ESTADO						
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	-	-	2 449 299	2 449 299	-
Total estado (ativo)	-	-	-	2 449 299	2 449 299	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER						
Outros devedores	6 068 482	632 879	5 435 603	6 030 002	11 210	6 018 792
<i>(Perdas por imparidade acumuladas)</i>	-250 000	-	-250 000	-250 000	-	-250 000
Total outros créditos a receber	5 818 482	632 879	5 185 603	5 780 002	11 210	5 768 792
Total de outros créditos a receber	6 257 536	632 879	5 624 657	8 709 083	2 460 509	6 248 574

Corrente

Descrição	2022							
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	Imofarma	Aponatura	Globalvet
CLIENTES								
Clientes conta corrente e conta letras	103 447 993	-	985 625	79 271 547	22 501 492	203,0	15 002	26 237
Clientes de cobrança duvidosa	9 565 159	-	190 850	7 897 432	1 402 653	-	-	-
Perdas por imparidade	-17 995 857	-	-190 850	-16 400 861	-1 308 500	-	-13	-603
Total clientes	95 017 295	-	985 625	70 768 117	22 595 645	203	14 990	25 634
ESTADO								
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 052 332	-	-	1 462 342	48 194	-	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	855 184	7 764	85 466	660 757	101 198	-	-	-
Outros	15 288	-	-	-	15 288	-	-	-
Total estado (ativo)	2 922 804	7 764	85 466	2 123 098	164 679	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER								
Pessoal	26 618	-	-	18 689	4 025	-	-	3 903
Devedores por acréscimos de rendimentos	16 475 519	-	1 465 676	11 276 460	3 701 327	-	31 590	147
Outros devedores	11 954 539	-	507 428	8 364 988	2 990 361	-	43 745	-
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 500 000	-	6 500 000	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-90 895	-	-	-90 895	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	34 865 780	-	8 473 104	19 569 242	6 695 713	-	75 335	4 050
Total de outros créditos a receber	132 805 878	7 764	9 544 195	92 460 457	29 456 037	203	90 324	29 684
Descrição	2021							
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	Imofarma	Aponatura	Globalvet
CLIENTES								
Clientes conta corrente e conta letras	102 949 890	-	2 922 825	80 748 273	17 228 987	91 560	17 794	25 825
Clientes de cobrança duvidosa	12 868 961	-	174 846	9 743 886	2 902 866	-	-	3 871
Perdas por imparidade	-21 779 961	-	-175 434	-19 695 471	-1 810 493	-	-44	-5 318
Total clientes	94 038 891	-	2 922 238	70 796 688	18 321 360	91 560	17 750	24 378
ESTADO								
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 846 074	-	-	1 354 766	243 323	-	-	376
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	357 876	8 392	-	3 888	345 596	-	-	-
Outros	56 734	-	-	-	56 734	-	-	-
Total estado (ativo)	2 260 684	8 392	-	1 358 654	645 653	-	-	376
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER								
Pessoal	47 554	-	13 304	26 535	5 181	-	-	2 398
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 332 023	-	1 917 187	5 713 863	3 633 949	-	35 469	292
Outros devedores	5 839 894	-	-211 102	4 864 825	1 129 755	-	19 988	23 502
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 640 000	-	6 640 000	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-90 895	-	-	-90 895	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	23 768 577	-	8 359 389	10 514 327	4 768 885	-	55 456	26 192
Total de outros créditos a receber	120 068 151	8 392	11 281 626	82 669 669	23 735 898	91 560	73 206	50 946

Clientes e outros créditos a receber - ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos”, classificado como não corrente, diz respeito a montantes pagos às Autoridades Fiscais pela Alliance Healthcare relativamente aos quais é entendimento do Grupo que os mesmos lhes serão reembolsados.

Clientes e outros créditos a receber - ativo corrente

As perdas por imparidade para os créditos a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade dos créditos a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de dezembro de 2022, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a:

- Serviços a faturar pela Alliance e suas subsidiárias, no montante de 11,2 milhões de euros, sendo em grande parte referentes a descontos a obter;

- Serviços a faturar pela Glintt no montante de 3,7 milhões de euros, essencialmente em contratos plurianuais de manutenção ou de consultoria, cuja faturação não é mensal, mas seguem datas específicas pré-aprovadas ou com milestones por cumprir;

O movimento das imparidades de clientes em 2022 foi o seguinte:

Imparidades Clientes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Imparidade Clientes total	21 870 933	741 448	-3 944 890	-550 161	18 117 330
Imparidade Outros Devedores	340 894	-	-	-	340 895
Total	22 211 828	741 448	-3 944 890	-550 161	18 458 225

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<u>FORNECEDORES</u>				
Fornecedores - Conta corrente	92 396 604	-	85 568 834	-
Fornecedores - facturas em recep. e conferência	2 946 820	-	480 423	-
Total fornecedores	95 343 424	-	86 049 257	-
<u>ESTADO</u>				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 363 849	-	4 085 032	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	701 388	-	2 549 798	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 501 281	-	1 322 078	-
Segurança Social	1 638 248	-	1 717 231	-
Outros	231 698	-	362 156	-
Total estado (passivo)	8 436 465	-	10 036 295	-
<u>OUTRAS DIVIDAS A PAGAR</u>				
Pessoal	91 571	-	113 703	-
Fornecedores de investimentos	902 441	-	812 020	-
Credores por acréscimos de gastos	22 181 227	-	23 014 030	-
Outros credores	4 565 050	4 466 234	9 991 033	6 595 076
Total outras contas a pagar	27 740 287	4 466 234	33 930 788	6 595 076
Total de passivos financeiros	131 520 175	4 466 234	130 016 339	6 595 076

O valor não corrente corresponde essencialmente a um saldo a pagar ao Fundo Explorer, registado na Glintt no valor de 3,9 milhões de euros e a 566 mil euros de acordos de pagamentos decorrentes da aquisição da Logifarma que não estavam incluídos no preço de compra.

O detalhe dos montantes correntes por empresa é o seguinte:

Descrição	2022								
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
FORNECEDORES									
Fornecedores	95 343 424	2 690	1 585 526	78 103 687	15 142 117	235 422	258 049	31 185	-15 253
Total fornecedores	95 343 424	2 690	1 585 526	78 103 687	15 142 117	235 422	258 049	31 185	-15 253
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 363 849	-	267 721	781 357	3 180 298	-	126 594	5 330	2 549
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	701 388	-	-	261 033	428 712	-	-	11 643	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 501 281	-	72 385	196 507	1 218 864	11 729	-	-	1 796
Segurança Social	1 638 248	-	95 021	239 290	1 282 850	17 447	-	-	3 640
Outros	231 698	-	1 290	8	8 684	288	221 386	-	41
Total estado (passivo)	8 436 465	-	436 417	1 478 195	6 119 409	29 464	347 981	16 972	8 026
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR									
Pessoal	91 571	-	-	3 969	87 602	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	902 441	-	-	902 441	-	-	-	-	-
Cretores por acréscimos de gastos	22 181 227	521 342	3 055 539	5 687 838	12 096 853	635 546	43 235	42 852	98 023
Outros credores	4 565 050	1 182 000	234 729	155 635	2 984 148	5 285	-	-	3 255
Total outras contas a pagar	27 740 287	1 703 342	3 290 269	6 749 883	15 168 603	640 830	43 235	42 852	101 278
Total de passivos financeiros	131 520 175	1 706 032	5 312 212	86 331 765	36 430 129	905 717	649 264	91 009	94 051

Descrição	2021								
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
FORNECEDORES									
Fornecedores	86 049 257	107 994	1 656 983	71 693 959	11 879 820	618 391	89 390	1 604	1 118
Total fornecedores	86 049 257	107 994	1 656 983	71 693 959	11 879 820	618 391	89 390	1 604	1 118
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 085 032	-	480 701	603 635	2 802 254	81 665	116 025	752	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 549 798	-	120 600	1 949 868	473 860	-	-	5 471	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 322 078	-	80 180	-	1 137 331	103 041	-	-	1 525
Segurança Social	1 717 231	-	90 059	247 667	1 311 687	65 032	-	-	2 787
Outros	362 156	-	1 464	8	135 367	3 462	221 825	-	31
Total estado (passivo)	10 036 295	-	773 002	2 801 178	5 860 499	253 199	337 850	6 222	4 343
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR									
Pessoal	113 703	-	-	5 106	108 597	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	812 020	-	-	812 020	-	-	-	-	-
Cretores por acréscimos de gastos	23 014 030	216 765	2 825 099	5 097 373	13 139 889	1 608 693	34 014	33 737	58 461
Outros credores	9 991 033	140 000	2 490 414	382 136	5 577 958	1 400 524	-	-	-
Total outras contas a pagar	33 930 788	356 765	5 315 513	6 296 635	18 826 444	3 009 217	34 014	33 737	58 461
Total de passivos financeiros	130 016 339	464 759	7 745 498	80 791 771	36 566 763	3 880 807	461 254	41 563	63 922

O detalhe da rubrica “Cretores por acréscimos de gastos” é o seguinte:

Cretores por acréscimos de gastos	31/12/2022	31/12/2021
Descontos a conceder	58 075	61 521
Remunerações a liquidar	9 655 115	8 582 616
Juros a liquidar	1 185 567	1 175 747
Outros acréscimos de gastos	11 282 470	13 194 146
Total	22 181 227	23 014 030

O detalhe por empresa em 2022 e 2021 é o seguinte:

2022

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2022
FV SGPS	-	5 131	516 211	-	521 342
FV IPG	-	-	304 015	2 751 524	3 055 539
Alliance Healthcare	58 075	3 017 271	-	2 612 492	5 687 838
Glintt	-	6 361 972	303 599	5 431 281	12 096 853
HMR	-	233 871	36 213	365 462	635 546
Imofarma	-	-	25 529	17 706	43 235
Aponatura	-	-	-	42 852	42 852
Globalvet	-	36 870	-	61 153	98 023
TOTAL	58 075	9 655 115	1 185 567	11 282 470	22 181 227

2021

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2021
FV SGPS	-	4 084	212 681	-	216 765
FV IPG	-	-	250 508	2 574 591	2 825 099
Alliance Healthcare	61 521	2 944 410	-	2 091 442	5 097 373
Glintt	-	5 293 973	245 898	7 600 018	13 139 889
HMR	-	307 068	442 909	858 717	1 608 693
Imofarma	-	-	23 751	10 263	34 014
Aponatura	-	-	-	33 737	33 737
Globalvet	-	33 082	-	25 379	58 461
TOTAL	61 521	8 582 616	1 175 747	13 194 146	23 014 030

14 - DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Diferimentos” ativos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	149 607	73 049
Contratos Anuais	45 271	134 559
Outros Gastos a Reconhecer	4 243 712	3 456 874
Total do ativo	4 438 589	3 664 482
Rendimentos a reconhecer		
Não corrente		
Outros rendimentos a reconhecer	-	57 943
Corrente		
Outros rendimentos a reconhecer	15 879 110	11 353 884
Total do passivo	15 879 110	11 411 827
Total líquido	-11 440 521	-7 747 345

15 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, no montante de 100 000 000 de euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20 000 000 de ações com um valor nominal de 5 euros cada, sendo 17 500 000 de ações da Categoria A e 2 500 000 de ações da Categoria B.

Ambas as categorias das ações conferem direito de voto. No entanto, cada acionista titular de ações da Categoria B não poderá, com essas ações, emitir em nome próprio, diretamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de ações dessa Categoria.

Os detentores de capital e sua repartição por categoria de ações, a 31 de dezembro de 2022 era a seguinte:

Capital Social	%	Nº de Ações		Valor nominal	Valor das Ações (€)		Total
		Cat. A	Cat. B	€	Cat. A	Cat. B	
Associação Nacional das Farmácias	87,76	17 500 000	51 431	5,00	87 500 000	257 155	87 757 155
Outros Accionistas	12,24		2 448 569	5,00	-	12 242 845	12 242 845
		17 500 000	2 500 000		87 500 000	12 500 000	100 000 000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal ascendia a 1 466 748 euros.

Ajustamentos em ativos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em ativos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Ajustamentos em ativos financeiros	2022	2021
Diferença de conversão Cambial	-26 463	177 857
Aplicação gastos a Resultados Transitadas	19 219 557	-904 113
Revalorização de Ativos	2 459 857	1 332 900
Aplicação gastos a Resultados Transitadas - CUF	-	113 100
Redução de capital Glintt	-19 933 067	-
Reservas não distribuíveis SGPS	112 224	-
Resultados acumulados SGPS	-90 642	-
Outras variações CP SGPS	-2	-
Outras variações de Capitais Próprios	61 134	88 712
TOTAL	1 802 599	808 455

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

Empresa	% não detida	Interesses Minoritários	
		Demonstração de Resultados	Balanço
Alliance Healthcare	49,00%	5 342 109	30 551 615
Glintt	23,60%	1 288 574	19 438 707
Globalvet	4,00%	65	-1 308
hmR Ireland	50,00%	-239 909	-2 006 191
Aponatura	40,00%	21 299	66 418
Imofarma	17,83%	435 216	13 351 124
Total		6 847 354	61 400 365

16 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	8 752 067	181 853	-382 131	-63 814	8 487 975
Imposto	420 047	-	-	145 177	565 224
Total	9 172 114	181 853	-382 131	81 362	9 053 200

O detalhe dos movimentos de provisão registado em 2022 foi para fazer face a:

- Aumento de provisão de utilização dos Pontos Saúde por parte dos utentes das farmácias em 121 mil euros e garantia do empréstimo da Sensing em 60 mil euros;
- Utilização de provisão para reestruturação em 170 mil euros;
- Reversão da provisão refere-se essencialmente à filial Glintt Angola 350 mil euros;
- Utilização de Provisões de natureza fiscal na AH em 249 mil euros, que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados “Imposto sobre o rendimento”;
- Provisões de natureza fiscal em 104 mil euros, o que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados em “Imposto sobre o rendimento”.

Garantias, Fianças e Cartas Conforto

Farminveste IPG

A 31 de dezembro de 2022 as empresas do grupo tinham as seguintes Fianças e aval obtidas junto da ANF:

Tipo	Data	Afiada	Beneficiário	Montante	Designação	Montante em dívida
Linhas Médio e Longo Prazo						
Fiança/aval	07/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	13 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	5 956 508
Fiança/aval	27/dez/2017	Farminveste IPG	Novo Banco	22 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	18 589 365
Fiança/aval	22/mar/2018	Farminveste IPG	Millennium BCP	12 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	11 166 156
Fiança/aval	05/nov/2019	Farminveste IPG	Novo Banco	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 796 719
Fiança/aval	06/mar/2017	Glantt BS	Montepio Geral	1 600 000	Empréstimo médio e longo prazo	849 623
Fiança/aval	12/mar/2021	Glantt BS	Crédito Agrícola	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 437 500
Fiança/aval	04/jul/2018	Glantt GIT	Millennium BCP	5 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	3 111 117
Fiança/aval	19/fev/2020	Glantt GIT	Millennium BCP	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 571 997
Fiança/aval	17/mar/2017	Glantt GIT	Novo Banco	14 875 000	Empréstimo médio e longo prazo	3 814 702
Fiança/aval	10/mar/2017	Glantt GIT	Santander Totta	1 700 000	Empréstimo médio e longo prazo	674 711
Fiança/aval	06/abr/2020	Glantt GIT	Santander Totta	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 034 244
Fiança/aval	06/mar/2017	Glantt GIT	Montepio Geral	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 025 764
Fiança/aval	17/fev/2021	Glantt GIT	Montepio Geral	6 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	4 950 000
Fiança/aval	01/jan/2017	Glantt GIT	antander Totta (Ex-Popular	650 477	Empréstimo médio e longo prazo	293 898
Fiança/aval	06/mar/2017	Glantt HS	Montepio Geral	1 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	632 036
Fiança/aval	01/jan/2017	Glantt HS	antander Totta (Ex-Popular	500 000	Empréstimo médio e longo prazo	225 910
Fiança/aval	16/jan/2018	HMR	Novo Banco	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 069 317
		sub-total		93 825 477		61 199 566
Linhas Curto Prazo						
Fiança/aval	24/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	2 000 000	Conta corrente	2 000 000
Fiança/aval	23/mar/2015	Farminveste IPG	Santander Totta	500 000	Conta corrente	495 000
Fiança/aval	24/jul/2015	Farminveste/ANF	Caixa Geral de Depósitos	5 000 000	Conta Corrente Solidária ANF/Farminveste	4 397 000
Fiança/aval	17/mar/2017	Glantt BS	Novo Banco	4 000 000	Conta corrente	-
Fiança/aval	17/mar/2017	Glantt GIT	Novo Banco	1 500 000	Conta corrente	-
Fiança/aval	15/jan/2014	Farminveste IPG	Millennium BCP	5 000 000	Descoberto de Conta de DO	4 463 386
		sub-total		18 000 000		11 355 386
				111 825 477		72 554 952

A 2022 o grupo mantinha o seguinte penhor sobre as ações da Alliance Healthcare, CUF, Glintt e sobre as UPs do Fundo Imofarma:

Entidade Beneficiária	Penhor	Ações UPS	Beneficiário	Montante Empréstimo
FV IPG	Alliance Healthcare	117 500	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	Alliance Healthcare	27 500	BCP	7 500 000
Glintt	Alliance Healthcare	75 000	Novo Banco	14 875 000
ANF	Alliance Healthcare	25 000	Novo Banco	15 000 000
	Penhor de Acções AH	245 000		64 931 334
ANF	Imofarma	1 100 000	BCP	10 600 000
ANF	Imofarma	1 122 780	BCP	15 000 000
FV IPG	Imofarma	6 072 018	BCP	27 722 969
FV IPG	Imofarma	500 000	MONAF	3 000 000
FV IPG	Imofarma	175 181	Novo Banco	27 556 334
	Penhor de UPS Imofarma	8 969 979		83 879 303
FV IPG	CUF	1 155 400	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	CUF	1 325 000	CGD	27 500 000
	Penhor de Acções CUF	2 480 400		55 056 334
FV IPG	Glintt	17 392 574	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	Glintt	21 740 717	BCP	27 722 969
	Penhor de Acções Glintt	39 133 291		55 279 302

Farminveste

A Farminveste tem a seguinte responsabilidade por garantia prestada:

EMPRESA	BENEFICIÁRIO	BANCO	Nº GB	DATA EMISSÃO	VALIDADE	MOEDA	MONTANTE
Farminveste	Glintt BS	NB	N00383318.01	17/04/2013	S/Prazo	EUR	3 667 196

Alliance Healthcare

Na Alliance Healthcare, o detalhe das responsabilidades por garantias prestadas é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	-	4 556 300
Região Autónoma dos Açores (SIDER)	115 366	129 787
Câmara Municipal de Sintra	25 000	25 000
Autoridade Tributária e Aduaneira	2 000	2 000
Tribunal do Trabalho	5 422	5 422
Instituto Português de Oncologia de Lisboa	-	-
	147 788	4 718 509

Glantt

Os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros pela Glantt destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Agência para a Modernização Administrativa IP	256 674	164 002
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	211 847	211 847
Outras garantias	78 493	88 125
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	44 230	129 230
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25 000	25 000
Hospital Espirito Santo Evora	20 450	-
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	16 836	16 836
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E.	13 500	13 500
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12 384	12 384
Assembleia da República	11 750	11 750
Global Dominion Access SA	-	1 000 000
Estado Português - Ministério da Defesa Nacional EMGFA	-	31 678
CEIOTAN Ministério das Forças Armadas	-	17 434
Estado Maior General das Forças Armadas	-	16 426
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte E.P.E.	-	13 059
Total garantias prestadas	711 707	1 771 814

Processos judiciais

Alliance Healthcare

A Alliance Healthcare mantinha em 2022 os seguintes processos fiscais em aberto:

Processo	Detalhe	Exercício	Montante Reclamado	Montante Pago	Provisão	Situação
00237/04 - Imp	IRC - Correção à Material Coletavel	1993	4 758 691	4 523 611	28 080	Em 2021 a Empresa recebeu 5.868.633 Euros relativos a este processo, dos quais 3.451.375 Euros referem-se a imposto e 2.417.258 Euros referem-se a juros indemnizatórios, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados “Juros e rendimentos similares obtidos”. Deste modo e relativamente ao processo n.º 00237/04 - Imp, o Grupo mantinha em 31 de dezembro de 2022 um saldo devedor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 235.080 Euros, e uma perda por imparidade de 28.080 Euros.
1202/05.9BELSB	IRC - não aceitação como custo fiscal despesas não documentadas de determinados pagamentos	2000 a 2002	7 000 000	7 057 979	-	Em 2022 a Empresa recebeu 201.438 Euros relativos a este processo, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados “Juros e rendimentos similares obtidos”. Em junho de 2022 a Empresa foi notificada do Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte, que concedeu provimento parcial ao recurso interposto pela Alliance relativamente ao processo referente ao exercício de 2001 e 2002 e revogou parcialmente a sentença recorrida em conformidade. Esta decisão transitou em julgado no dia 14.07.2022. a sequência desta decisão favorável do Tribunal, a Empresa registou nas suas contas de 2022 a reversão de parte da provisão constituída para cobrir o risco associado ao processo fiscal de 2001 e 2002, no valor de 1.516.148 Euros, mantendo um valor a receber associado ao referido processo de 4.090.697 Euros, com o registo de uma perda por imparidade acumulada de 332.248 Euros. Em fevereiro de 2023 a Empresa recebeu relativamente a este processo 3.779.409 Euros de imposto, bem como os respetivos juros indemnizatórios.
8310039269	IRC - não aceitação como operação fiscalmente neutra, da fusão invertida entre o Grupo e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda.	2004	2 870 000	-	-	Em junho de 2022 a Empresa foi notificada do Sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela Alliance relativamente ao processo referente ao exercício de 2004 e anulou a liquidação impugnada na parte correspondente, não tendo sido apresentada interposição de recurso.

17 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 era como segue:

Financiamentos obtidos	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	83 600 000	10 300 000	93 900 000	72 360 000	10 600 000	82 960 000
Empréstimos bancários	5 450 109	106 359 429	111 809 538	10 499 520	111 590 611	122 090 131
Descobertos bancários + Conta corrente caucionada	8 217 260	-	8 217 260	9 735 479	-	9 735 479
Adiantamento de factoring	441 649	-	441 649	1 247 380	-	1 247 380
Locação financeira	423 331	-	423 331	554 728	406 049	960 777
Empréstimo obrigacionista	7 000 000	36 069 235	43 069 235	10 000 000	28 663 705	38 663 705
Confirming	-	-	-	1 534 294	-	1 534 294
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	-331 085	-1 077 704	-1 408 789	-54 752	-1 203 901	-1 258 653
Outros credores	-	795 690	795 690	-	-	-
Participantes de Capital	-	-	-	-	2 587 000	2 587 000
Total	104 801 264	152 446 650	257 247 914	105 876 648	152 643 465	258 520 113

Financiamentos obtidos - Direitos de Uso	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos - Direitos de Uso	3 537 864	7 847 802	11 385 666	4 139 226	5 827 492	9 966 718

O detalhe de dívida total e dívida líquida de disponibilidades por empresa/grupo é o seguinte:

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet	2022
Dívida corrente	-	16 251 343	75 208 742	11 125 955	517 329	1 697 895	-	-	104 801 264
Dívida não corrente	28 069 235	74 299 900	1 128 824	28 227 661	1 551 988	19 169 041	-	-	152 446 650
Total	28 069 235	90 551 243	76 337 566	39 353 617	2 069 317	20 866 936	-	-	257 247 914
Caixa e DO	36 937	189 653	7 793 326	3 508 679	126 245	21 170	169 600	14 952	11 860 562
Dívida Líquida	28 032 298	90 361 590	68 544 241	35 844 938	1 943 072	20 845 766	-169 600	-14 952	245 387 352

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet	2021
Dívida corrente	10 000 000	8 546 981	66 552 939	18 601 505	517 329	1 657 895	-	-	105 876 648
Dívida não corrente	14 350 705	85 282 981	1 587 856	26 300 980	3 969 317	21 151 626	-	-	152 643 465
Total	24 350 705	93 829 962	68 140 795	44 902 485	4 486 646	22 809 521	-	-	258 520 113
Caixa e DO	5 351	116 444	6 180 390	6 993 101	515 933	351 613	103 857	8 728	14 275 417
Dívida Líquida	24 345 354	93 713 518	61 960 405	37 909 383	3 970 713	22 457 908	-103 857	-8 728	244 244 695

18 - RÉDITO

Nos exercícios de 2022 e 2021, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2022	2021
Vendas	700 009 275	673 784 912
Prestações de serviços	131 247 779	125 337 133
Subsídios à exploração	559 805	986 562
Outros rendimentos e ganhos	2 481 900	2 383 151
Juros e outros rendimentos similares	915 758	3 029 788
Total	835 214 516	805 521 546

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2022 e 2021 foi como segue:

Rédito	2022			2021		
	Vendas	Prestações de serviços	Total	Vendas	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	656 670 276	106 958 929	763 629 205	626 720 550	100 325 432	727 045 982
Mercado externo	43 338 999	24 288 850	67 627 849	47 064 362	25 011 702	72 076 064
Total	700 009 275	131 247 779	831 257 054	673 784 912	125 337 133	799 122 045

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2022 e 2021 tinham o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021
Subcontratos	28 041 981	28 454 490
Serviços especializados	31 279 920	33 327 209
Materiais	673 468	896 522
Energia e Fluidos	2 939 145	2 685 956
Deslocações, estadas e transportes	11 602 810	10 434 006
Serviços diversos	19 416 632	17 566 485
Ajustamentos consolidação	-18 893 043	-19 478 847
Total	75 060 913	73 885 823

Os ajustamentos de consolidação resultam da eliminação de relações cruzadas.

O detalhe por empresa em 2022 e 2021 é o seguinte:

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2022
FV SGPS	-	210 789	-	-	6 635	14 032	-22 602	208 854
FV IPG	194 494	18 296 325	5 692	530 506	148 322	6 946 889	-4 669 871	21 452 357
Globalvet	-	120 668	20	15 126	29 267	29 288	-136 185	58 183
Aponatura	-	146 742	-	-	-	115 904	-90 580	172 065
HMR	5 625 213	2 382 002	22	35 461	12 389	1 282 970	-8 133 397	1 204 660
Glintt	22 222 274	4 694 476	-	1 194 917	1 590 985	4 831 229	-1 852 135	32 681 747
AH	-	5 428 918	667 735	1 153 666	9 815 213	5 194 595	-3 516 308	18 743 820
Imofarma	-	-	-	9 468	-	1 001 726	-471 966	539 228
TOTAL	28 041 981	31 279 920	673 468	2 939 145	11 602 810	19 416 632	-18 893 043	75 060 913

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2021
FV SGPS	-	348 339	-	165	39	11 397	-38 913	321 028
FV IPG	276 235	18 521 661	5 649	614 967	139 403	7 015 724	-5 506 017	21 067 622
Globalvet	-	174 563	47	10 207	16 609	12 059	-142 342	71 143
Aponatura	-	97 302	-	-	-	55 712	-107 101	45 912
HMR	6 802 755	4 609 310	551	55 147	10 646	631 280	-7 915 083	4 194 606
Glintt	21 375 500	4 509 482	-	888 262	1 239 716	4 426 677	-2 170 169	30 269 468
Alliance Healthcare	-	5 066 552	890 276	1 111 968	9 027 593	4 501 741	-3 352 270	17 245 859
Imofarma	-	-	-	5 240	-	911 896	-246 951	670 185
TOTAL	28 454 490	33 327 209	896 522	2 685 956	10 434 006	17 566 485	-19 478 847	73 885 823

20 - GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	2022	2021
Remunerações órgãos sociais	1 421 558	2 233 316
Remunerações do pessoal	55 127 894	53 417 324
Indemnizações	560 565	813 342
Encargos sobre remunerações	12 440 486	12 295 760
Seguros de acidentes no trabalho	270 554	137 867
Gastos de acção social	136 384	70 468
Outros gastos com pessoal	3 949 839	3 924 227
Ajustamentos consolidação	-272 613	40 200
Total	73 634 666	72 932 502

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2022 foi de 1 888 pessoas, que compara com 1 922 em 2021:

Número médio colaboradores	2022	2021
Farminveste SGPS	0	6
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	88	99
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	6	6
Farbiowell	-	1
HMR - Health Market Research International, Lda	13	37
HMR - Health Market Research Portugal Unipessoal, Lda	17	18
HMR - Health Market Research - España, S.L.	14	18
HMR Ireland Limited	7	9
Alliance Healthcare, S.A.	622	601
Glintt	1 121	1 127
Total	1 888	1 922

21 - AUMENTOS/REDUÇÃO JUSTO VALOR

A rubrica de “Aumentos/redução justo valor” no exercício de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

Designação	2022	2021
Reavaliação Ativos tangíveis (Nota 6)	-1 800 287	1 752 300
Reavaliação Propriedades investimento	1 884 950	-614 140
Reavaliação Ativos detidos para venda	-668 375	-
Outros	-190 783	-
Total	-774 495	1 138 160

22 - OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos	2022	2021
Rendimentos suplementares	618 818	525 307
Ganhos em inventários	1 356	-
Diferenças de câmbio favoráveis	218	287
Alienação de investimentos não financeiros	7 532	170 079
Alienações Ativos	12 079	19 594
Subsídios ao investimento	76 385	229 435
Correções relativas a períodos anteriores	28 502	65 742
Recuperação de dívidas incobráveis	618 015	583 758
Outros não especificados	1 118 211	788 949
Total de outros rendimentos	2 481 900	2 383 151

23 - OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos	2022	2021
Impostos	934 719	773 713
Dívidas incobráveis	1 223 506	2 846 162
Diferenças de câmbio desfavoráveis	272	761
Correções relativas a períodos anteriores	182 169	73 452
Abates de investimentos não financeiros	-	3 394
Quotizações	165 891	194 605
Quebras, Ofertas e amostras de inventário	95 784	1 590
Donativos	52 843	703 094
Multas	17 157	28 159
Outros não especificados	130 882	614 029
Total de outros gastos	2 803 224	5 238 960

24 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “gastos/reversões de depreciação e de amortização” no final do exercício de 2022 e 2021 é conforme detalhe:

Designação	2022	2021
Ativos tangíveis (Nota 6)	3 049 298	3 373 031
Ativos intangíveis (Nota 9)	9 964 046	6 430 821
Ativos direito de uso (Nota 6)	4 157 285	4 717 533
Total	17 170 629	14 521 384

25 - JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2022 e 2021 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2022	2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	6 161 277	7 359 441
Outros	1 525 006	736 689
Passivos de Locação	145 991	376 813
Diferenças de câmbio desfavoráveis	47 347	-
Outros gastos de financiamento	3 176 267	1 277 535
Total de juros e gastos similares suportados	11 055 887	9 750 478

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com gestão de Factoring e Contas Caucionadas da Glintt.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2022 e 2021 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2022	2021
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	9 900	3 289
Acordos de regularização de dívida	99 599	154 258
Diferenças de câmbio favoráveis	98 009	-
Outros ganhos de financiamento	708 250	2 872 241
Total de juros e rendimentos similares obtidos	915 758	3 029 788

A rubrica “Juros obtidos - Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Alliance aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento.

O saldo da rubrica Outros Ganhos de financiamento em 2022 representam o valor dos juros recebidos relacionados com processos fiscais na Alliance.

26 - ATIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

Foram consideradas como operações descontinuadas as atividades das empresas participadas: HMR Alemanha, cuja operação foi descontinuada em 2020, as operações das empresas da Glintt: Solservice e Glintt Polska, descontinuadas em 2018, e das empresas Glintt UK e Glintt Ireland, descontinuadas em 2020. Em 2021 o Grupo decidiu descontinuar o investimento na Farbiowell (que consolida integralmente) e na Servestec (MEP), que foi dissolvida em dezembro de 2021, bem como a Glintt Brasil. Em 2022 o Grupo decidiu descontinuar o investimento na Glintt Angola e na HMR Irlanda. Já em 2023, foi tomada a decisão de desinvestir na HMR Espanha.

O impacto nos Ativos e Passivos consolidados é o seguinte:

	31/12/2022	Farbiowell	Participadas HMR	Participadas Glantt	31/12/2021
Ativos de operações descontinuadas					
Não corrente					
Ativos tangíveis	199 103	-	19 739	179 363	-
Ativos direitos de uso	-	-	-	-	9 201
Outros Ativos financeiros	2 736	-	2 736	-	325
	201 839	-	22 475	179 363	9 526
Corrente					
Contas a receber de clientes e outros devedores	1 164 866	199	1 057 007	107 660	-37 810
Estado e outros entes públicos	16 470	12 511	3 959	-	70 444
Diferimentos	15 445	-	13 445	2 000	152
Caixa e equivalentes de caixa	786 395	3 848	441 278	341 269	66 057
	1 983 176	16 557	1 515 689	450 929	98 843
Ativos operações descontinuadas	2 185 015	16 557	1 538 165	630 292	108 369
Passivos de operações descontinuadas					
Não Corrente					
Financiamentos obtidos	1 932 000	-	1 932 000	-	-
Financiamentos obtidos - Direito de uso	-	-	-	-	2 733
Provisões para outros passivos e encargos	2 301 187	-	2 301 187	-	12
	4 233 187	-	4 233 187	-	2 745
Corrente					
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	2 005 997	-1 125	2 007 517	-395	373 069
Estado e outros entes públicos	163 767	1 504	162 264	-	5 807
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	465 000
Financiamentos obtidos - Direito de uso	-	-	-	-	6 859
Acréscimos e diferimentos passivos	192 809	-	82 933	109 876	-
	2 362 573	379	2 252 713	109 482	850 735
Passivos operações descontinuadas	6 595 760	379	6 485 900	109 482	853 480

Foi considerado como ativo detido para venda a Quinta de Óbidos registada no Imofarma:

	31/12/2022	Imofarma
Ativos disponíveis para venda		
Não corrente		
Outros Ativos financeiros	3 906 500	3 906 500
	3 906 500	3 906 500
Ativos disponíveis para venda	3 906 500	3 906 500

27 - PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ganhos e perdas com operações alienadas e descontinuadas, em 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	Farbiowell	Participadas HMR	Participadas Glantt	2021
Vendas e serviços prestados	5 999 971	62 672	5 724 384	212 914	55 298
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	105 475
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 546	5 546	-	-	-6 901
Fornecimentos e Serviços externos	-3 586 907	34 328	-3 392 372	-228 863	-119 583
Gastos com o pessoal	-1 923 136	-	-1 909 995	-13 140	-37 390
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-96 801
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-4 911
Provisões (aumentos/reduções)	-2 300 901	-	-2 300 901	-	183 447
Outros rendimentos	147 047	138 572	8 474	-	5 950
Outros gastos	-63 833	-6 373	-17 289	-40 171	-114 279
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-1 722 213	234 746	-1 887 699	-69 260	-29 695
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-13 222	-	-6 556	-6 666	-30 452
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	47 591	-	-	47 591	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1 687 844	234 746	-1 894 255	-28 334	-60 147
Juros e rendimentos similares obtidos	3 963	-	-	3 963	-
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-32 997
Resultado antes de impostos	-1 683 881	234 746	-1 894 255	-24 371	-93 144
Imposto sobre o rendimento do período	338 981	-2 952	322 957	18 975	-8 433
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas	-1 344 900	231 794	-1 571 298	-5 396	-101 577

28 - RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

	2022	2021
Resultado Líquido do Período	3 647 316	1 915 668
Nº médio de ações ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico	0,18	0,10

29 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2022.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2023, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

À data de emissão deste relatório, não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Lisboa, 17 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 151.302.753 euros e um total de capital próprio de 121.524.645 euros, incluindo um resultado líquido de 3.647.316 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

1 de 5

Inscrição no C.O.C. sob o n.º 733
Inscrição no C.O.C. sob o n.º 730 (L28/81)
Capital Social: 1000000
N.º de Identificação: 503266289
Comunidade Autónoma da Região de Lisboa

GRUP - HEAD OFFICE
Avenida Colaresense Residência Portugal, s/n.º 75,
1070-010 Lisboa, Portugal
T: +351 21 727 107-11 | +351 21 727 107-107
www.grup.com.pt | E-mail: grup@grup.com.pt

DELEGACIÃO CENTRO - CENTRO BRANCO
Avenida 22 de Maio, n.º 26, Alameda B
2045-900 Leiria, Portugal
T: +351 249 802 278

DELEGACIÃO NORTE - NORTE BRANCO
Quinta Engenheiro, s/n.º, 4.º andar
Av. da Pimenta, 250-47, 5000-044
4000-074 Porto, Portugal
T: +351 22 28 928 020



Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de maio de 2023
 OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
 Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
 Registado na CMVM sob o nº 20160677

9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de FARMINVEST, S.G.P.S., S.A. (O GRUPO), que compreendem a demonstração posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 627.370.668 euros e um total de capital próprio de 182.925.009 euros, incluindo um resultado líquido de 3.647.316 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de FARMINVEST, S.G.P.S., S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BAZES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

Inscrição nº ROC sob. n.º 733
 Inscrição nº CRM sob. n.º 733662381
 Capital Social € 200.000
 N.º de Identificação Fiscal 53662381
 Companhia de Auditoria, Contabilidade e Taxas, Lda

BBDO - BRANCO PRINCE
 Avenida Colómbano Brandão, P.º Andar, nº 75,
 1.º andar, Praça 812-2
 4750-041 Lisboa, Portugal
 T: +351 212 224 400 / 212 224 120

DELEGACIÃO LISBOA - CENTRO BRANCO
 Avenida 22 de Maio, n.º 2-6, 1.º andar, 1.º B,
 2149-006 Lisboa, Portugal
 T: +351 261 822 278

DELEGACIÃO LISBOA - NORTH BRANCO
 Centro Empresarial G2, Loja B,
 Av. de Paris, 286, 4.º, Sala 4.4,
 4100-254 Fátima, Portugal
 T: +351 216 216 120





RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e 508.º - D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de maio de 2023
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o nº 20160877

10. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Ao longo do exercício de 2022 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Conforme já tinha sido referido no Relatório do ano anterior, face às exigências de tesouraria da sua participada Farminveste IPG, a Farminveste SGPS tem continuado a garantir o seu apoio, através de capitalização da sociedade, no sentido de contribuir para uma redução da dívida para níveis sustentáveis e assegurar o cumprimento do acordo firmado com as instituições bancárias.
O Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Conselho de Administração e tem mantido um contacto regular com este órgão no sentido de apresentar sugestões que contribuam para estes objetivos.
Ainda no âmbito das suas funções acompanhou o processo de uma nova emissão de obrigações convertíveis para o período de 2022 a 2026 e que permitiu proceder à troca e reembolso da emissão vencida em 2022 de 10 milhões de euros e obter um excedente de 4,4 milhões de euros que foi destinado ao reforço de capitais da Farminveste IPG.
4. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
5. As demonstrações financeiras mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste - SGPS, S.A. a 31 de dezembro de 2022, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.
6. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
 Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
 Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Mbericórdia
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
 Capital Social: 100.000.000,00 Euros



7. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, tal como foram propostos pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados, tal como proposta pela Administração.
8. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 4 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

Fausto da Silva Almeida
(Vogal)

Oliveira Reis & Associados, SRDC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
registo na CMVM sob o n.º 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Mafra
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

11. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Ao longo do exercício de 2022 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreziado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.

3. Conforme já tinha sido referido no Relatório do ano anterior, face às exigências de tesouraria da sua participada Farminveste IPG, a Farminveste SGPS tem continuado a garantir o seu apoio, através de capitalização da sociedade, no sentido de contribuir para uma redução da dívida para níveis sustentáveis e assegurar o cumprimento do acordo firmado com as instituições bancárias.

O Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Conselho de Administração e tem mantido um contacto regular com este órgão no sentido de apresentar sugestões que contribuam para estes objetivos.

Ainda no âmbito das suas funções acompanhou o processo de uma nova emissão de obrigações convertíveis para o período de 2022 a 2026 e que permitiu proceder à troca e reembolso da emissão vencida em 2022 de 10 milhões de euros e obter um excedente de 4,4 milhões de euros que foi destinada ao reforço de capitais da Farminveste IPG.

Ao nível da atividade das sociedades participadas, o Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas que têm sido tomadas ao nível do governo das sociedades do grupo, no sentido de melhorar a sua eficiência e os níveis de rentabilidade e a libertação de fundos, bem como as decisões de desinvestimento em negócios não rentáveis e consumidores de recursos. Neste âmbito realça as decisões tomadas de encerramento das atividades da HMR International em Espanha e na Irlanda, como a constituição de uma provisão nas contas de 2022 de 2,3 milhões de euros para suportar os gastos com os processos de liquidação das respetivas empresas a decorrer em 2023.

O Conselho Fiscal tomou também conhecimento do processo de reorganização da ANF e dos impactos que previsivelmente virá a ter na Farminveste IPG em 2023 a nível de algumas das suas atividades diretas desenvolvidas atualmente.

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, nº. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Mbericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros



4. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
5. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste SGPS a 31 de dezembro de 2022, bem como os resultados consolidados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
6. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
7. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2022, tal como foram apresentados pela Administração.
8. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 4 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

Fausto da Silva Almeida
(Vogal)

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
registado na CMVM sob o nº 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, nº. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Mafra
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 430
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

